

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS – UFMG**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – FAFICH**  
**BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA**

LORRAYNE JÚNIA MORAIS

**A DISCUSSÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL NA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS:**

Análise dos formatos das dinâmicas participativas dos anos  
de 2014, 2015 e 2016

Belo Horizonte – MG

2017

LORRAYNE JÚNIA MORAIS

**A DISCUSSÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL NA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Análise dos formatos das dinâmicas participativas dos anos  
de 2014, 2015 e 2016

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –  
apresentado à Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Federal de  
Minas Gerais, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Gestão  
Pública.

**Orientador:** Ricardo Fabrino Mendonça.

**Co-orientadora:** Eleonora Schettini Martins  
Cunha

Belo Horizonte – MG

2017

LORRAYNE JÚNIA MORAIS

**A DISCUSSÃO DO PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL NA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS:**

análise dos formatos das dinâmicas participativas de 2014, 2015 e 2016

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC –  
apresentado à Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universidade Federal de  
Minas Gerais, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Gestão  
Pública.

**Orientador:** Ricardo Fabrino Mendonça.

**Co-orientadora:** Eleonora Schettini Martins  
Cunha.

BANCA EXAMINADORA

---

Ricardo Fabrino Mendonça (Orientador) – UFMG/DCP

---

Eleonora Schettini Martins Cunha (Coorientadora) – UFMG/DCP

---

José Ângelo Machado – UFMG/DCP

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a Deus, por seu imenso amor.

Agradeço à minha família, em especial aos meus maravilhosos pais e ao meu único e amável irmão.

Ao meu orientador, Prof. Ricardo Fabrino Mendonça, por aceitar o desafio de me guiar, com sua capacidade de ensino que extrapolaram as minhas expectativas.

E à minha coorientadora Eleonora Schettini Martins Cunha, pela sabedoria, pelos conhecimentos comigo compartilhados e por ser sempre tão amável.

A todos os servidores da formidável Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas, da Gerência-Geral de Consultoria Temática, Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

E, finalmente, aos meus amigos, por tornarem minha caminhada mais agradável.

## RESUMO

O presente trabalho analisa a discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, mais especificamente os formatos das dinâmicas participativas dos anos de 2014, 2015 e 2016. Sabe-se que a promulgação da Constituição de 1988 mostrou-se crucial no processo de redemocratização do país e consagrou a participação da sociedade como indispensável para a garantia da democracia. Em Minas Gerais, a insatisfação da sociedade com os rumos da política promoveu transformações na atuação do Poder Legislativo. Após a promulgação da Constituição Federal, a Assembleia de Minas Gerais instaurou o processo de elaboração da Constituição Estadual, promulgada no ano de 1989. A Carta Mineira, a exemplo da Constituição Federal, também consagrou a participação da sociedade como fundamento da democracia. O foco deste trabalho é retratar a história dos mecanismos de participação presentes na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com ênfase no processo planejamento orçamentário, tomando-se por base a teoria da centralidade da participação para a constituição de governos democráticos. A Assembleia Legislativa buscou consolidar instrumentos para o aprimoramento dos meios de participação popular no processo legislativo, por meio da realização de Seminários Legislativos, Fóruns Técnicos, Ciclos de Debates, Audiências Públicas. As ações voltadas à participação popular na ALMG, além de outras finalidades, têm o objetivo de incorporar e qualificar a participação do cidadão no processo de discussão das leis orçamentárias, possibilitando, ainda, o acompanhamento da execução de políticas públicas diversas.

**Palavras-chave:** Plano Plurianual de Ação Governamental – Participação Popular – Minipúblicos – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

## ÍNDICE DE FIGURAS

### Gráficos

Gráfico 1 – Instituições representadas na discussão participativa do Projeto de Lei de Revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício 2015	27
Gráfico 2 – Número de PLEs apresentadas por Rede de Desenvolvimento Integrado. PPAG 2012-2014, para o exercício 2015	32
Gráfico 3 – Distribuição de recursos mobilizados entre as redes. Projeto de Lei de revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício 2015.	33
Gráfico 4 – Discussão participativa do PPAG 2016-2019 para o Exercício de 2016. Meio de conhecimento do evento	35
Gráfico 5 – Principais atores da divulgação do evento	36
Gráfico 6 – Perfil das instituições/entidades participantes do processo de discussão do Projeto de Lei do PPAG 2016-2019, por categorias	38
Gráfico 7 – Notas médias atribuídas pelos participantes ao jogo Baralho PPAG 2016-2019	42
Gráfico 8 – Notas médias atribuídas pelos participantes à dinâmica de construção coletiva de sugestões	42
Gráfico 9 – Número de emendas ao PPAG, à LOA e Requerimentos por eixo – PPAG 2016-2019	45
Gráfico 10 – Recursos mobilizados no processo de discussão do PPAG 2016-2019, por eixo	46
Gráfico 11 – Conhecimento do evento	47
Gráfico 12 – Perfil das instituições/entidades participantes do processo de discussão do Projeto de Lei do PPAG 2016-2019, por categorias*	48
Gráfico 13 – Manhã – Monitoramento e revisão do PPAG 2016-2019	51
Gráfico 14 – Elaboração das intervenções	52
Gráfico 15 – Recursos mobilizados no processo de discussão do PPAG 2016-2019, para o Exercício 2017, por eixo	54

## **Tabelas**

Tabela 1 – Quantitativo de PLEs de emendas ao PPAG e à LOA e de requerimentos por Rede de Desenvolvimento Integrado e Programas Especiais, geradas no processo de discussão participativa da Revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício 2015. 31

Tabela 2 – Participantes presentes e capacidade de acomodação dos espaços dos grupos de trabalho 37

Tabela 3 – Quantitativo de PLEs acolhidas na forma de emendas ao PPAG, à LOA e de requerimentos, geradas no processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, por eixo 44

Tabela 4 – Resultados quantitativos das PLEs – emendas ao PPAG, à LOA e Requerimentos gerados por eixo — PPAG 2016-2019, para o exercício 2017 53

## **Figura e quadro**

Figura 1 – Discussão Participativa dos projetos de Lei do PPAG e do Orçamento 25

Quadro 1 – Temas discutidos em cada eixo/dia do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019 39

## LISTA DE SIGLAS

ALMG – Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais  
Cinpe – Conselho de Informação e Pesquisa  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPP – Comissão de Participação Popular  
CTI – Comissão Técnica Interinstitucional  
DCP – Departamento de Ciências Políticas  
DPL – Diretoria de Processo Legislativo  
EAD – Curso a Distância  
FFO – Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária  
GCO – Gerência de Apoio às Comissões  
GCT – Gerência-Geral de Consultoria Temática  
GPP – Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas  
GT – Grupo de trabalho  
GPI – Gerência-Geral de Projetos Institucionais  
GRI – Gerência de Relações Institucionais  
GRPC – Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial  
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
PLE – Proposta de Ação Legislativa  
PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado  
PPA – Planos Plurianuais  
PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental  
RI – Regimento Interno da Assembleia Legislativa  
SGM – Secretaria-Geral da Mesa  
Seplag – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão  
Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados  
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso  
TCMG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais  
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

## Sumário

INTRODUÇÃO	1
1 DEMOCRACIA: O LUGAR E A FORMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	4
1.1 A Democracia ao longo do tempo	4
1.2 A Participação Democrática	6
1.3 Teorias democráticas e participação	7
1.4 O desenho das arenas participativas	10
2 A PARTICIPAÇÃO NO PODER LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS	15
2.1 A ALMG investe em participação	15
2.2 O planejamento estadual e a participação na ALMG	20
3 O PPAG EM MINAS GERAIS E SEU POTENCIAL PARA A PARTICIPAÇÃO	24
3.1 Discussão participativa do PPAG 2012-2015 para o Exercício de 2015	26
3.2 Discussão participativa do PPAG 2016-2019 para o Exercício de 2016 – Baralho PPAG 2016-2019	34
3.3 Discussão participativa do PPAG 2016-2019, para o Exercício de 2017	59
3.4 Impactos dos desenhos sobre: a inclusão política, participação e sua efetividade	67
4 CONCLUSÃO	74
ANEXO A – Formulário para cadastramento de propostas	68
ANEXO B – Baralho PPAG 2016-2019.	70
ANEXO C – Exemplo de material de apoio	72
ANEXO D – Página de Planejamento e Orçamento – site ALMG	75

## INTRODUÇÃO

Muitos dos estudos sobre a participação da sociedade no processo de criação, implementação e acompanhamento de políticas públicas dizem respeito à legitimidade que a deliberação proporciona ao processo, que é a base dos governos democráticos (AVRITZER, 2005; CUNHA, 2014; FUNG, 2004; PATEMAN, 1992). A participação da sociedade nas questões públicas é necessária para a garantia de uma democracia representativa. No século XX, após o fim das guerras, a democracia é reconfigurada e a participação da sociedade passa a ser incorporada, com o propósito de tornar o processo democrático e as decisões mais legítimas. Ressurge, então, em diversos países, por meio de lutas e de movimentos sociais, a demanda pela ampliação da participação popular e de formas de controle do poder (SANTOS; AVRITZER, 2002).

Segundo Pateman (1992), a participação da sociedade é fundamental para incrementar a legitimidade das decisões e, sobretudo, para gerar sentimento de eficácia política, de modo que os indivíduos percebam o sentido de sua participação. Tal concepção destaca a importância da participação da sociedade para além do voto.

O Poder Legislativo tem criado mecanismos de participação popular para incorporar novos atores sociais em algumas de suas decisões. Em Minas Gerais, a Assembleia Legislativa – ALMG – tem adotado formatos diversos de atuação para realizar tal propósito. A construção desses mecanismos institucionais de participação busca aproximar os cidadãos da formulação, do acompanhamento e da implementação das políticas públicas estaduais. Para tanto, os esforços concentram-se em garantir acesso a informações, por meio do oferecimento de cursos de capacitação a distância e presencial, por exemplo, e da promoção da presença e da expressão da voz de atores da sociedade civil, em eventos variados realizados pela Casa.

Uma iniciativa basilar da atuação da ALMG no sentido de implementar e fortalecer as ações participativas foi a criação, em 2003, da Comissão de Participação Popular – CPP –, como comissão permanente da Casa<sup>1</sup>. Ressalta-se que a CPP se diferencia das demais comissões da ALMG pelo seu caráter híbrido de atuação. Segundo Avritzer e Pereira (2005) as instituições híbridas são aquelas “*que envolvem um partilhamento de processos deliberativos entre atores estatais e atores sociais.*” (AVRITZER; PEREIRA, 2005, p. 16).

---

<sup>1</sup> As comissões são formadas por grupos de deputados, para o debate de assuntos de interesse da população, orientação do Plenário nas votações, resolução de conflitos e fiscalização do Poder Executivo. Suas reuniões são abertas à população em geral. Atualmente a ALMG possui um total de 21 comissões permanentes.

A Comissão de Participação Popular tem por competência propor agendas, gerar projetos de lei, emendas e requerimentos, possibilitar o controle social, além de ser responsável pelo acompanhamento dos resultados do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG. (MAGALHÃES, 2009). O PPAG define os objetivos e metas do Estado e é justamente um dos mecanismos mais importantes utilizados para promover a participação popular e a deliberação no âmbito da Assembleia Legislativa, por ser instrumento normatizador do planejamento da Administração Pública, com vigência por quatro anos, classificado como de médio prazo. Com o objetivo de garantir a participação popular nas revisões anuais do PPAG, a Assembleia Legislativa se empenha em atualizar e implementar desenhos institucionais capazes de proporcionar um processo participativo mais inclusivo e informado.

O objetivo do presente trabalho é destacar, dentre os vários mecanismos desenvolvidos pela Assembleia Legislativa de atuação participativa, afetos ao Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG. Busca-se analisar os desenhos por meio dos quais a ALMG instituiu a participação popular em torno dessa lei orçamentária, com foco nos últimos três anos: 2014, 2015, 2016. Por constituir-se em um plano de médio prazo de execução, o PPAG, em Minas Gerais, é revisado anualmente, por meio da realização de eventos abertos à participação da sociedade. Como resultados são geradas propostas que afetam, além do PPAG, o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, de longo prazo (20 anos), e a Lei Orçamentária Anual – LOA –, considerada de curto prazo.

A metodologia adotada consistirá em revisão da bibliografia e levantamento da legislação orçamentária afetas ao tema. Atenção especial deu-se aos registros produzidos pela Assembleia Legislativa sobre sua atuação na criação e implementação da participação popular.

O trabalho, além desta Seção – Introdução –, divide-se em 3 seções, sendo que a primeira parte dedica-se a uma retomada histórica da compreensão da participação popular nas teorias democráticas, explicitando os formatos que essa participação assumiu em diferentes momentos da história, destacando o conceito de participação popular proposto por Pateman (1992), que servirá de base para as análises aqui apresentadas. Ainda nessa seção serão apresentadas as funções do Poder Legislativo e a abertura para a atuação participativa, com movimento no sentido do favorecimento à participação popular.

A segunda seção aborda as possibilidades de participação popular na ALMG, com um esboço da história da participação na instituição. Na sequência serão apresentados pontos referentes à relevância democrática da participação popular sobre as leis

orçamentárias do Estado.

Na terceira seção são cotejados os diferentes formatos adotados pela ALMG para a revisão do PPAG, tomando-se por base a análise os desenhos institucionais adotados nos eventos, entre os anos de 2014 e 2016, além das mudanças ocorridas ao longo do tempo. Ainda nessa seção será apresentada a importância da Comissão de Participação Popular – CPP – para a efetivação da participação da sociedade nesse processo. A análise aqui apresentada tem como fundamentação as características de desenhos institucionais democráticos estabelecidas por Fung (2003). A análise busca apontar os potenciais e possíveis problemas de cada desenho institucional, com destaque para o fato de que as escolhas políticas são relevantes para o processo de revisão do PPAG.

# 1 DEMOCRACIA: O LUGAR E A FORMA DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

## 1.1 A Democracia ao longo do tempo

A democracia teve seu surgimento na Grécia Antiga, sendo a cidadania exercida nas cidades-estados. Naquele formato de democracia, aqueles que eram considerados cidadãos<sup>2</sup> exerciam o direito de decidir em assembleia<sup>3</sup> questões que impactavam suas vidas. Era assim a sua participação na vida política da época, algo bastante diferente das democracias representativas construídas na modernidade (SANTOS, 1998).

Ao longo do tempo, outros regimes políticos foram sendo construídos e a necessidade de um sentimento de pertença à vida política e social aparece de alguma forma e em alguma medida. A monarquia, que ganhou força no período Medieval, concentrava o poder na figura do rei. Porém, o surgimento da burguesia passou a impor limites aos monarcas, a fim de não ter seus interesses e vontades prejudicados. Com isso, a centralização no poder político foi sendo questionada e construíram-se instituições de controle do poder político, com destaque para o Parlamento, constituído a partir do voto e do exercício da representação. Nesse sentido, as transformações políticas, sociais e econômicas<sup>4</sup> que marcaram as sociedades modernas, em especial a industrialização e a urbanização, viabilizaram não só o surgimento e o desenvolvimento da burguesia, que impulsionou a difusão do capitalismo, mas também a reconstrução de regimes políticos. Diante do crescimento populacional e da expansão geográfica dos Estados nacionais, fez-se necessário um modelo governamental representativo, em que o formato de participação fosse capaz de representar as diversidades existentes na sociedade. Mediante as transformações na sociedade, a concentração de poder em uma figura central, própria das monarquias, deixou de ser uma forma de governo adequada, tornando-se incapaz de representar os diversos interesses da sociedade como um todo.(CUNHA, 2014; DAHL, 2001).

Robert Dahl (2001) apresenta pontos relevantes nessa discussão ao discorrer sobre a teoria e a prática da democracia. O autor analisa os limites da democracia grega e traça o caminho das transformações na busca por uma visão moderna de democracia. A necessidade de buscar uma forma de governo que fosse representativo e responsivo propiciou a associação entre democracia e a ideia de *accountability*, a qual engloba

---

<sup>2</sup>Homens livres nascidos na cidade-estado.

<sup>3</sup>Entendida como o poder legislativo da época, essas assembleias ou *Ecclesia*, tinham por objetivo discutir as questões que afetavam a sociedade nos âmbitos social, econômico e político.

<sup>4</sup>Transformações como: transição da escravidão para o trabalho assalariado, o surgimento do iluminismo, a insatisfação com a intervenção do Estado na economia, dentre outras.

soberania popular e controle público, o que garante, em alguma medida, a representatividade dos interesses da sociedade, assegurados por mecanismos de controle daqueles que governam.

Para assegurar a responsividade dos governos democráticos, segundo O'Donnell (1998), existem duas formas de *accountability*: horizontal e vertical. A primeira apresenta a ideia da separação de poderes do Estado<sup>5</sup>, sendo eles: o Poder Legislativo, o Poder Executivo e o Poder Judiciário. Nessa concepção, os poderes exercem mútua fiscalização e controle entre si, a fim de garantir as liberdades, o cumprimento das leis e a punição para os abusos dos agentes públicos e representantes políticos. E a segunda forma de *accountability*, a vertical, tem como princípio garantir a soberania popular, em que o meio de controle dos representados esteja acima dos representantes. A expressão desse controle foi entendida, por décadas, como exercida fundamentalmente por meio do voto. É assim que a democracia moderna viu-se definida por eleições livres em um contexto em que instituições se controlam e se equilibram.

Nos anos 1960 a 1970, a sociedade civil ressurgiu com relevância no cenário político. A ampliação dos movimentos contestatórios e o questionamento da centralização do poder em contextos tão diversos como as democracias latino-americanas e o leste europeu possibilitam uma ampliação da ideia de participação. No Brasil, esse cenário cria inovações institucionais após a redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988. Formas de participação, antes reprimidas, propagam-se e fortalecem a voz de movimentos populares que reivindicavam o direito de participar das decisões políticas. (SANTOS; AVRITZER, 2002). Segundo os autores, após o período das duas Grandes Guerras e da difusão de teorias que apontavam a democracia como uma forma de governo em que a participação deveria se restringir ao voto, uma onda de democratização ocorreu na segunda metade do século, na qual o Brasil se situa, veio para estabelecer formas mais participativas de democracia.

Um segundo debate colocado envolve a incompatibilidade entre a democracia e o capitalismo<sup>6</sup>, o que segundo Moore (1966) só seria suprido através de transformações nas estruturas que possibilitariam o alcance de uma democracia desejável. A democracia como regime de governo expande-se no Século XX, com o intuito de impedir que o poder seja exercido de forma centralizada. A partir daí, a participação passa a ser primordial para garantir representatividade, com os fundamentos de um governo ideal baseado

---

<sup>5</sup> A separação dos três poderes é teoria desenvolvida por Charles de Montesquieu, em sua obra: MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**(1748). São Paulo, Saraiva, 1999. 235 p.

<sup>6</sup> Esse ponto é tratado por Rousseau (1792), quando destaca que no contrato social "*Uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém tão pobre que tenha que se vender a alguém*". ROUSSEAU, Jean-Jacques **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix, [19--]. 235 p.

também na ideia de controle público, o que promove o surgimento de novas possibilidades de se pensar a participação democrática. Santos e Avritzer (2002) destacam que esse processo de transformação é o meio para gerar modelos contra-hegemônicos de democracia.

## 1.2 A Participação Democrática

As experiências democráticas da segunda metade do Século XX foram tensionadas pela ideia de participação. Inúmeros movimentos sociais, em diferentes países, demandavam a ampliação das possibilidades dos cidadãos se envolverem mais nas discussões e decisões dos governos (SANTOS; AVRITZER, 2002). Com isso, “participação” torna-se um dos temas mais discutidos nas democracias contemporâneas. No entanto, a polissemia do conceito também se torna evidente. Em sua obra *Participação e teoria democrática*<sup>7</sup>, Pateman (1992) mostra que existem concepções diferentes de participação.

Na visão de teóricos como Schumpeter (1943) (criticado por Pateman, 1992), a participação política constante e ativa é algo pelo qual o cidadão não se interessa, uma vez que o principal é sua vida privada. Para ele, o “povo” não sabe tomar decisões políticas e sua participação deve limitar-se ao voto. Igualmente, na visão de Berelson (1952) (*apud* Pateman, 1992), a limitação da participação da maioria é necessária para que o sistema democrático seja mais estável. Pateman (1992), por sua vez, defende a teoria participacionista da democracia, com base nos argumentos dos teóricos Rousseau, Mill e Cole, que compreendem a participação ampla como o centro da democracia. Para a autora, a participação vai além da influência e diz respeito à tomada de decisões.

Nessa perspectiva, uma instituição é democrática quando é capaz de inserir a participação dos cidadãos em seu interior e nas tomadas de decisões, ou seja,

a participação política é ressignificada e a teoria retoma a associação entre democracia e participação, considerando que a qualidade da primeira estaria relacionada à ampliação e aprofundamento da segunda. (MENDONÇA; CUNHA; 2012, p.13.)

---

<sup>7</sup> PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Pateman (1992) entende a participação como predeterminante para um governo democrático afirmando que

para que exista uma forma de governo democrática é necessário a existência de uma sociedade participativa, isto é, onde todos os sistemas políticos tenham sido democratizados e onde a socialização por meio da participação possa ocorrer em todas as áreas. (PATEMAN,1992, p. 61).

A autora apresenta estudos empíricos realizados em indústrias para exemplificar como é uma democracia participativa dentro de uma instituição, por considerar os espaços de trabalho como esferas de atuação:

A área mais importante de participação é o seu próprio lugar de trabalho, ou seja, a indústria, pois é exatamente ali que a maioria dos indivíduos despende grande parte de suas vidas e pode propiciar uma educação na administração dos assuntos coletivos, praticamente sem paralelo em outros lugares. (PATEMAN 1992, p. 61).

De acordo com a concepção de Pateman (1992), a participação possui função educativa, entendido como principal papel do processo participativo. As demais funções da participação, como a abertura para o questionamento, o processo de discussão e deliberação, e a possibilidade de influenciar as decisões definem o conceito de participação. Assim, uma sociedade participativa é condição para um governo democrático.

### **1.3 Teorias democráticas e participação**

Para diferentes experiências e expectativas democráticas correspondem explicações ou formulações teóricas próprias, onde os autores discutem amplamente a questão da participação. As diversas teorias possuem contornos e um ideal de participação diferente, além da ideia de democracia entendida pelos autores pontuar o lugar da participação no âmbito dessas teorias. A seguir, serão apresentados alguns aspectos das teorias elitista, pluralista, liberal, participacionista e deliberacionista relacionados à ideia de participação.

Em um primeiro momento, o destaque é sobre as teorias elitista, pluralista e liberal que, apesar de suas diferenças, enfatizam a participação eleitoral e a necessidade de limitar os poderes do Estado. As ideias de participação que compõem essas teorias democráticas vão destacar o voto como manifestação da soberania do povo, sendo a cidadania entendida, frequentemente, de forma individualizada.

A teoria elitista elaborada por Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels, defende que na política não é viável a ampla participação democrática, sendo que o governo caberia às minorias (elite) que exerceria autoridade sobre as massas. Nesse modelo, a participação é minimizada e considerada um problema para a estabilidade do sistema democrático (NOBRE, 2004). As visões desses teóricos apontam a participação política como causadora de instabilidade no sistema democrático, limitando, portanto, a participação à discussão e ao voto.

A teoria pluralista ganha destaque com Robert Dahl (1997)<sup>8</sup> e o ponto chave do pensamento é a não existência de um poder central, mas distribuído entre diferentes grupos. O governo é constituído por um desses grupos, que ascende ao poder e se torna responsável por tomar as decisões. Tal modelo compartilha a ideia dos elitistas, ao salientar o papel do voto, defendendo uma participação vinculada às instituições e tendo os grupos de interesse como os atores políticos. Porém, ele também apresenta uma crítica aos elitistas, dado o enfoque individualista destes e a desconsideração dos mesmos em relação aos grupos existentes. (NOBRE, 2004.)

A teoria liberal, desenvolvida por Hayek e Nozick, influenciados pelo liberalismo, pauta-se na ideia de liberdade individual. Por isso, os autores ressaltam a necessidade de impor limites ao poder do Estado. Trata-se de um modelo fortemente normativo, que tem como principais preocupações o limite e o controle dos governos de forma a evitar que indivíduos sejam constrangidos em suas liberdades individuais. (NOBRE, 2004; PATEMAN, 1992.)

Já as teorias democráticas participacionista e deliberativa refutam os modelos que limitam a participação e que consideram que ela compromete a democracia. Assim sendo, essas teorias salientam a importância da participação e sua premissa para a democracia. O ponto de vista da teoria participacionista, que se apóia em teóricos como Rousseau, Mill, Pateman, dentre outros, defende a participação popular como a essência da democracia, buscando uma interação para além das urnas, em diversas esferas onde os cidadãos possam opinar e participar das tomadas de decisões (PATEMAN, 1992). A teoria deliberativa, por sua vez, é uma teoria proposta por Jurgen Habermas, Bernard Manin, Joshua Cohen, dentre outros, que sugerem uma participação discursiva, baseada no intercâmbio de argumentos para a construção de soluções mais complexas e legítimas. Esse modelo destaca a tomada de decisões por cidadãos considerados livres e iguais,

---

<sup>8</sup> Robert Dahl, em sua obra *Poliarquia: participação e oposição* (1997) caracteriza a democracia como um governo utópico e propõe a poliarquia como sendo um governo capaz de garantir maior proximidade com os princípios democráticos. DAHL, Robert A. **Poliarquia: Participação e Oposição**. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

capazes de propor soluções e influenciar decisões. A deliberação seria o processo que legitimaria as decisões políticas e dela devem participar todos os que serão afetados por elas. (NOBRE, 2004.)

As diferentes perspectivas teóricas sobre a democracia têm sido permanentemente confrontadas e tensionadas, seja pelos teóricos que as defendem, seja pela própria realidade que as desafia de algum modo. Segundo Santos e Avritzer (2002), as teorias que foram geradas nos países centrais, que possuem alto nível de desenvolvimento econômico e social, não são capazes de refletir a realidade dos países da América Latina. Os autores consideram que, no século XX, a democracia assume um lugar central na política, após o período de guerras (guerras mundiais e guerra fria). Os debates que passam a permear o pós-guerra são: a desejabilidade da democracia como forma de governo (Weber, 1919; Schmitt, 1926; Kelsen 1929; Michels, 1949; Schumpeter, 1942); as condições estruturais da democracia (Moore, 1966; O'Donnell, 1973; Przeworski, 1985); com ênfase na compatibilidade e incompatibilidade existente entre a democracia e o capitalismo. (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 39-40.)

A desejabilidade da democracia, no entanto, não a isenta de viver uma crise, que se dá na explicação da democracia tradicional, ela é, portanto colocada em xeque quando as formas definidas como homogeneizadoras de organização da sociedade, que possuem um caráter limitador onde as diferenças são forçadamente igualadas, deixam de ser entendidas como uma concepção válida de democracia. Para elucidar essas questões da teoria democrática, Santos e Avritzer (2002) propõem um modelo contra-hegemônico de democracia. Essa concepção mantém a centralidade do procedimentalismo como prática societária, indo contra a ideia de formas homogeneizadoras e reconhecendo, portanto, as formas de pluralidade. Propõem, assim, uma nova gramática social, e o entendimento da inovação social articulada com a inovação institucional, ou seja, a busca de uma nova institucionalidade para a democracia. No decorrer de sua obra, os autores destacam a potencialidade da democracia em países como o Brasil e a Índia. Por fim, os autores desenvolvem três teses para o fortalecimento da democracia participativa:

- 1) *Pelo fortalecimento da demodiversidade* – Deliberação pública ampliada e adensamento da participação.
  - 2) *Fortalecimento da articulação contra-hegemonica entre o local e o global* – Propõem uma articulação transnacional entre diferentes experiências de democracia participativa. Passar do plano local para o global com intuito de fortalecer a democracia participativa.
  - 3) *Ampliação do experimentalismo democrático* – Multiplicação dos experimentos de novas gramáticas sociais.
- (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 77-78.)

Para os referidos autores, a desarmonia entre os aspectos normativos e a empiria é resultado de modelos que são aplicados em realidades sociais, políticas, econômicas, geográficas e governamentais díspares. Por isso é necessário trazer para o debate a im-

portância da participação e da deliberação na construção de um governo democrático em nível local. O lugar que a participação ocupa no amplo debate sobre o conceito de democracia é importante. As formas de participação e suas motivações foram descritas por Loewenson (2001) em cinco tipos diferentes. Primeiro, há o, “estar presente”, “tomar parte”, “fazer parte”, que diz respeito à presença e a algum grau de envolvimento no processo. No segundo tipo de participação há um movimento da instituição em direção à sociedade, o que exige maior envolvimento e responsabilização. No terceiro tipo de participação a sociedade civil se movimenta em direção à instituição, utilizando-se de mecanismos de pressão diversos. O quarto tipo de participação envolve práticas de parceria e gestão partilhada, com vistas a formular soluções e estabelecer prioridades, podendo resultar em decisões e promoção do controle coletivo. E, por fim, o quinto tipo de participação é marcado pela ampla autonomia da comunidade diante da instituição. (LOEWENSON, 2001, *apud* CUNHA, 2014.)

No Brasil o desenvolvimento de desenhos participativos e aplicação nas práticas participativas institucionais alcançaram reconhecimento internacional, como resultado do avanço do país na busca para superar os déficits democráticos e promover a incorporação da sociedade, dando a ela voz e poder. (MENDONÇA, 2013.)

Segundo Cunha (2014) lidar com essas diferentes formas de participação pontua o desafio para as instituições em pensar novos desenhos para reduzir o distanciamento entre os representantes e os representados, que é consequência de vários fatores que podem levar a sociedade a adotar uma postura apática.

#### **1.4 O desenho das arenas participativas**

O desenho das arenas participativas importa e efetivar a participação democrática tem sido um dos grandes desafios no Brasil. A Carta Constitucional de 1988 proporcionou grandes avanços para a democracia e o parágrafo único do Art. 1º, estabelece que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*. (BRASIL, 1988.) Esse é o fundamento que garante a criação de mecanismos de participação que asseguram a tomada de decisões de forma direta e o controle social por meio das instâncias e meios disponíveis. Muito se tem discutido sobre o impacto de regras e desenhos na condução de processos por meio dos quais a sociedade participa de decisões políticas. A democracia contemporânea tem o desafio de promover a participação apesar das estruturas engessadas do Estado.

Serão apresentados, a seguir, alguns formatos de arenas participativas, que

buscam proporcionar uma participação extra-eleitoral na política. Ao refletir sobre as possibilidades institucionais de participação, Fung (2003) propõe o conceito de minipúblicos, entendido como uma arena participativa, capaz de proporcionar o engajamento cívico e a deliberação pública. Cabe citar que, para o autor, os minipúblicos podem ser classificados em quatro tipos, conforme sua função. O primeiro tipo são os *fóruns educativos*, que buscam criar condições quase ideais por meio da inclusão equitativa das vozes, elevação do nível de deliberação, razão pública e redução da assimetria de informação para que os cidadãos sejam capazes de desenvolver opiniões por meio da deliberação. Um segundo tipo é o de *conselho consultivo participativo* que além das condições deliberativas ideais garantidas, busca laços com os tomadores de decisões, com a intenção de que a política pública esteja alinhada com a escolha social. O terceiro tipo de minipúblico é chamado de *cooperação para a resolução participativa de problemas*: ele gera um vínculo contínuo e simbiótico entre o Estado e a esfera pública na busca por solução dos problemas coletivos. O quarto tipo, denominado *governança democrática participativa*, busca incorporar as vozes dos cidadãos na determinação das agendas políticas<sup>9</sup>. (FUNG, 2004, p. 176.)

Segundo Fung (2003), a proporção do engajamento cívico e o impacto que a deliberação pública pode alcançar estão condicionados ao desenho da arena participativa. É oportuno lembrar que a estrutura institucional influencia na profundidade da participação, na capacidade da inclusão e, conseqüentemente, no processo democrático. É desejável um modelo que seja capaz de incorporar a sociedade na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas.

O tipo de minipúblico intitulado de *Governança democrática participativa* descreve um formato que compreende as estruturas representativas como enviesadas, que propõe como saída uma participação direta, sendo ela capaz de favorecer as vozes não contempladas no processo.

Goodin (1996) é também um dos autores que discorre sobre os diferentes tipos de minipúblicos. Segundo ele, o desenho e o redesenho de processos representativos são essenciais e acontecem de forma casual, podem ser resultado de evolução, ou propositalmente para alcançar um objetivo. Alguns parâmetros destacados por Goodin (1996), dizem respeito às características que um “bom desenho”, que são classificados de acordo com:

---

<sup>9</sup> COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos. **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004. p. 177.

a) reversibilidade, ou seja, a flexibilidade institucional; b) robustez, que indica a sua capacidade adaptativa, sem ser frágil; c) sensibilidade, que trata da abertura para a inclusão de motivações; d) publicidade, no sentido que o desenho deve ser publicamente defensável; e) variabilidade, uma vez que a reflexividade gera variações e experimentações na própria instituição. (GOODIN, 1996, *apud* CUNHA, 2014, p. 22.)

Em complementaridade à teoria cabe lembrar que, ao discorrer sobre a democracia participativa, Carole Pateman (1992) afirma

que a 'participação' refere-se à participação (igual) na tomada de decisões, e 'igualdade política' refere-se à igualdade de poder na determinação das consequências das decisões. (PATEMAN, 1992, p. 61-62.)

Portanto, para além de chamar a atenção para determinada questão, busca-se influenciar o processo de tomada de decisões. Os desenhos desses espaços são determinantes para a garantia de uma participação efetiva nas decisões, uma vez que os espaços institucionalizados são balizados por normas e regimentos. Em outras palavras, há que se buscar garantir o sentido de competência política, que promove um envolvimento com as questões políticas e gera participação, como destaca Campbell (1954), *“a ação política do indivíduo tem, ou pode ter, um impacto sobre o processo político, ou seja, vale a pena cumprir alguns deveres cívicos”*. (CAMPBELL, 1954, *apud* PATEMAN, 1992, p. 66.) O que aproxima o cidadão da realidade da política, motiva a participação e gera um sentimento de eficácia.

As formas de participação previstas na Constituição Federal, no âmbito do Poder Legislativo, são por meio do sufrágio universal, do voto direto e secreto e através de instrumentos como: referendo, plebiscito e proposta de iniciativa popular. Nesse sentido, o Poder Legislativo tem buscado ampliar os meios pelos quais o cidadão seja incorporado e incentivado a participar, conforme destaca Anastasia (2002)

em diferentes ritmos, os legislativos estão introduzindo comissões de legislação participativa e mecanismos de interlocução institucionalizada com a sociedade civil organizada, como audiências públicas, fóruns e seminários legislativos. (ANASTASIA, 2002, *apud* ANASTASIA, 2011, p. 49.)

O redesenho dos processos participativos vem sendo adotado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais no intuito de incorporar o cidadão ao processo e promover a deliberação pública. Segundo Mendonça (2013), vários desses experimentos participativos que têm sido adotados são vistos como importantes na promoção do engajamento cívico.

A análise a seguir apresentada, fundamentou-se nos aspectos propostos por Fung

(2004) para a discussão de variações para a escolha do desenho institucional. De acordo com o autor, para aperfeiçoar a qualidade do engajamento cívico e da deliberação, oito aspectos precisam ser observados. Após a escolha do tipo<sup>10</sup> de minipúblicos, tendo-se em vista os objetivos, conforme discutido acima, os organizadores dessas arenas teriam outras sete decisões a tomar:

a) *Quem? Seleção e Recrutamento dos Participantes*: esse aspecto aponta que, como os encontros normalmente são abertos ao público, existe uma necessidade de buscar uma participação representativa e formatos que criem incentivos. Dado que, a seleção pode definir o perfil do público, estes que, por sua vez são selecionados de forma aleatória, voluntária, ou são dirigidas aos públicos engajados, ou buscam os cidadãos ordinários.

b) *O que? Tema e Escopo da Deliberação*: Nesse aspecto Fung (2004), pondera a importância de todos os temas serem deliberados, para garantir a liberdade de expressão e a liberdade política. Além de ser primordial no alcance do grau de motivação para a participação.

c) *Como?* Diz respeito ao formato das discussões. As deliberações resultam em propostas baseadas em justificações coletivas.

d) *Quando? Recorrência e Interação*. A frequência dos encontros dos minipúblicos deve ser de acordo com seu propósito. Podendo ser ele para avaliação de um assunto estável, ou para resolução de problemas e monitoramento. Isso determina a recorrência.

e) *Por Quê? Apostas*. O engajamento depende do interesse dos participantes no assunto e conseqüentemente o seu envolvimento na discussão.

f) *Empoderamento*. Para Fung (2003) um público é empoderado quando o resultado da deliberação afeta as decisões. O que diferencia as arenas é seu caráter, sendo ele consultivo, deliberativo ou mesmo educativo. Essa a característica afeta todo o andamento do processo.

g) *Monitoramento*. A expectativa é de que os representantes políticos tomem como base o resultado dessa deliberação na tomada de decisões. O interesse no assunto e monitoramento contínuo gera benefícios como aprendizado público, *accountability* e transparência.

Os parâmetros propostos por Fung (2004) evidenciam a importância do desenho

---

<sup>10</sup> Segundo FUNG (2004), são quatro tipos de minipúblicos: Fórum educativo; Conselho consultivo participativo; Cooperação para a resolução participativa de problemas; governança democrática participativa.

institucional na garantia da participação, da igualdade na discussão, da capacidade de inclusão nos processos e da deliberação. As características do desenho institucional assumido serão analisadas para elucidar o processo de participação na atividade de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG. A história dos mecanismos de participação presentes na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, com ênfase no processo planejamento orçamentário, será apresentada na próxima Seção, tomando-se por base a teoria da centralidade da participação para a constituição de governos democráticos e a importância do desenho institucional nessa garantia.

## 2 A PARTICIPAÇÃO NO PODER LEGISLATIVO DE MINAS GERAIS

### 2.1 A ALMG investe em participação

No final da década de 1980, o Brasil passou por um processo de redemocratização, após o período de repressão e autoritarismo imposto pela ditadura militar. Nesse tempo, buscou-se por meio das lutas e das mobilizações sociais grandes mudanças sociais, econômicas e política. Nesse processo de retomada democrática, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em 1986 <sup>11</sup> mobilizou estudiosos, especialistas e representantes da sociedade civil para o primeiro passo em direção ao processo constituinte. No ano de 1987, foi instalada a Comissão Preparatória dos Trabalhos da IV Assembleia Constituinte Mineira. No ano de 1988, foi promulgada a Constituição Federal, intitulada Constituição Cidadã, e em seguida <sup>12</sup> iniciada a elaboração da nova Constituição Estadual.

Alguns destaques desse período refletiram nas eleições para os cargos de deputados, no ano de 1986, que colocaram em evidência a completa insatisfação da sociedade e a crise de legitimidade existente. Nesse pleito, não foi reeleito 65% do corpo parlamentar da Assembleia Mineira à época. Esse, porém não foi um cenário exclusivo da ALMG. No Brasil, foram avaliados também os resultados das eleições nas Assembleias de São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Rio de Janeiro e da Câmara dos Deputados, segundo fontes disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral – TSE –, Tribunais Regionais Eleitorais – TREs –, Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro –, e segundo Anastasia (2001): *“Na média, as assembleias legislativas apresentaram uma taxa de 63% de renovação bruta, o mesmo percentual verificado, à época, para a Câmara dos Deputados”*. (ANASTASIA, 2001, p. 27.)

O fato, contudo, gerou uma inquietação no interior da ALMG que buscou inovação institucional. Destaca-se entre as mudanças, a criação, em 1989, do Comitê Deliberativo de Comunicação Institucional, composto por cerca de dez pessoas, sendo os cargos de diretor-geral da Assembleia e de secretário-geral da Mesa membros fixos e os demais membros selecionados segundo as competências exigidas. O Comitê tinha por função liderar as inovações institucionais da Casa e também funcionava como instância de acompanhamento e avaliação das inovações implementadas, ampliando o grau de *accountability* e responsividade. (ANASTASIA, 2001).

---

<sup>11</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Constituição Mineira 89/09: 20 anos. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**.

<sup>12</sup>Dois dias após a promulgação da Constituição Federal, em 5/10/1988, inicia-se a elaboração da nova Constituição do Estado de Minas Gerais.

O processo de elaboração da Constituição estadual, no ano de 1989, possibilitou maior aproximação da Assembleia com a sociedade civil. Nesse processo de abertura para a participação popular, realizou-se audiências públicas temáticas<sup>13</sup>, com o objetivo de captar sugestões populares para a elaboração Constituição mineira, promulgada em setembro do mesmo ano. A reestruturação interna da ALMG proporcionou a criação de novas formas de interlocução com a sociedade civil.<sup>14</sup>

O conceito de participação nos remete ao de inclusão. Diante disso, incluir o cidadão nos processos institucionais é um dos meios de garantir a democracia e a legitimidade. Segundo Magalhães (2009),

a incorporação dos cidadãos como atores reconhecidos pelo texto regimental é, talvez, o emblema da mudança institucional que se processou na ALMG a partir do final dos anos 1980. Já reconhecida pela Constituição da República de 1988 e pela Constituição do Estado de 1989. (MAGALHÃES, 2009, p. 4).

A ALMG, no intuito de propor iniciativas de inclusão dos cidadãos com atores, realizou diversas pesquisas com os públicos interno e externo, sendo que a população do Estado de Minas Gerais apontou como focos de atenção a educação em primeiro lugar, e a saúde, como segunda prioridade. De posse das informações geradas pelas pesquisas, o Comitê Deliberativo de Comunicação Institucional, propôs a realização de um seminário legislativo, que se concretizou no ano de 1991, intitulado: “Educação: a hora da chamada”. O evento foi de grande relevância e, Anastasia (2001) ressalta que *“O seminário sobre educação foi tão bem-sucedido que produziu um documento cujas diretrizes vieram a subsidiar a reestruturação da política educacional do estado”*. (ANASTASIA, 2001, p.33.). A Assembleia logo institucionalizou a figura dos seminários legislativos com o objetivo de subsidiar a ação legislativa. Desde então, outras formas de diálogo com a sociedade para a incorporação da participação foram sendo implantadas<sup>15</sup> gradativamente.

Os *Fóruns técnicos* também são eventos institucionais, que têm como objetivo discutir temas específicos de interesse da sociedade e são organizados sempre em parceria do deputado com a sociedade. É de competência da Mesa da ALMG a

---

<sup>13</sup>As audiências públicas temáticas, locais e regionais resultaram em cerca de 10 mil sugestões populares ao projeto da nova Constituição Mineira.

<sup>14</sup>Paralelamente ao processo, a Assembleia promoveu um concurso de redação entre os alunos de todo o Estado de Minas Gerais, com o tema: “A importância do Legislativo na Democracia Representativa”, que teve os textos vencedores publicados, expondo a dimensão pedagógica e a busca do engajamento dos diversos públicos.

<sup>15</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Regimento Interno da Assembleia Legislativa**: Resolução nº 5.176, de 1997. 12. ed. Belo Horizonte: ALMG, 2016. 390 p. (Art. 295.)

definição dos objetivos e a dinâmica de cada evento<sup>16</sup>. A organização do evento ocorre em três etapas: reuniões preparatórias, nas quais são discutidos o regulamento base para o evento, as pautas das reuniões, os temas a serem abordados e a seleção das autoridades e/ou especialistas a serem convidados. As reuniões preparatórias contam com a presença de representantes de entidades da sociedade civil, convidados para serem organizadores e participantes das definições referentes à realização do evento. Após a realização das reuniões regionais do Fórum Técnico, que buscam promover a visibilidade e ampliar o escopo da participação, são geradas propostas relacionadas às políticas públicas, que subsidiam ações legislativas e de governo, que na etapa final, são apresentadas em formato de documento com todas as proposições legislativas, que através de uma votação passam por uma fase de priorização conduzida pelos participantes. Para assegurar o desenvolvimento das propostas é eleita uma Comissão de Representação que fica responsável por acompanhar os desdobramentos do Fórum Técnico. (ANASTASIA, 2001).

Já os *Seminários Legislativos* são eventos mais longos, que contam com a participação de entidades civis e públicas, e que de acordo com o art. 295 do Regimento Interno da ALMG, têm por finalidade “subsidiar a elaboração legislativa” (MINAS GERAIS, 1997). Precedido de requerimento de parlamentar e após a aprovação da Mesa da ALMG, a escolha do tema do seminário legislativo é feita a partir das demandas da sociedade. O processo de construção do evento divide-se basicamente em três etapas: a preparação, a interiorização no estado e o evento final, que acontece na capital. O desdobramento do evento acontece da seguinte forma: são constituídas as Comissões Técnicas Interinstitucionais – CTIs –, compostas por especialistas indicados pelas instituições participantes. Cabe às instituições a elaboração de propostas relativas ao tema, que serão posteriormente aprimoradas pelos Grupos de Trabalho – GTs<sup>17</sup>. O processo de construção do evento divide-se basicamente em três etapas: a preparação, a interiorização no estado e o evento final, que acontece na capital. O desdobramento do evento acontece da seguinte forma: são constituídas as Comissões Técnicas Interinstitucionais – CTIs –, compostas por especialistas indicados pelas instituições participantes. Cabe às instituições a elaboração de propostas relativas ao tema, que serão posteriormente aprimoradas pelos Grupos de Trabalho – GTs. O processo de interiorização no território estadual do evento promove a ampliação de seu potencial

---

<sup>16</sup> *Ibid.* Art. 296.

<sup>17</sup> Esses grupos são compostos por participantes indicados pelas entidades participantes.

participativo. (ANASTASIA, 2001). As sugestões de proposta de ação legislativa<sup>18</sup>, após serem discutidas e emendadas pelos grupos de trabalho, serão apreciadas nas reuniões plenárias e reunidas em documento final. No processo de finalização do evento, ocorrem reuniões, onde há um momento para a deliberação entre os grupos, com foco na discussão das propostas de ação legislativa, até então apresentadas. Ao final do evento, o parlamentar responsável pelo fechamento, cede a palavra para a fala de interessados, proporcionando a eles a oportunidade de exposição do contraditório. Por fim, o processo segue o método de priorização de propostas, por meio de votação. O voto também é utilizado para a eleição da Comissão de Representação, responsável pelo acompanhamento das propostas do evento. (ANASTASIA, 2001; REIS, MAGALHÃES, MOREIRA, 2012).

Outra forma de participação oferecida pela ALMG é o *Ciclo de Debates*, que tem por finalidade incentivar a discussão em torno de um tema específico. Sua organização também atende demanda parlamentar que é submetida à aprovação da Mesa. Aprovada a realização de um Ciclo de Debates, organizações parceiras da ALMG, relacionadas ao tema, são convidadas a participar das reuniões preparatórias, onde serão definidos os expositores e o foco temático do evento. No Ciclo de debates são expostos diversos painéis de apresentações, com as pautas que fundamentam as discussões a respeito do tema escolhido. A finalidade dessa prática é a de incorporar e de igualar as oportunidades de participação do cidadão no processo, visto que a participação no evento pode se dar de forma presencial, por transmissão via TV Assembleia, transmissão via da internet ou até mesmo pelo uso de ligação telefônica<sup>19</sup>, o que asseguraria uma participação mais igualitária<sup>20</sup>. Nos Ciclos de Debates o diálogo acontece a partir da interação entre os expositores e os cidadãos. Essa proximidade e abertura para o debate promovem a redução da assimetria de informações existentes na sociedade, resultando em sua qualificação, de modo que contribua para o processo de participação e amplie a compreensão das especificidades do tema. (MAGALHÃES, 2012; MENDONÇA 2012; CUNHA, 2012.)

E, por fim, outras formas de diálogo com a sociedade, para a incorporação da participação na Assembleia de Minas são as *Audiências Públicas de Comissões*. As

---

<sup>18</sup> Proposta de autoria de entidade da sociedade civil, por meio da qual ela solicita à Assembleia Legislativa, entre outras coisas, a edição de projeto de lei, a apresentação de emenda a uma proposição, a convocação de audiência pública e o envio de pedido de informações a órgãos e autoridades públicas. A proposta de ação legislativa deve ser apresentada sempre à Comissão de Participação Popular. (MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Glossário. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**. (Portal.).

<sup>19</sup> A ALMG disponibiliza um número gratuito de telefone para a sociedade participar do processo.

<sup>20</sup> MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Relatório de Aprimoramento de Eventos da ALMG**. Belo Horizonte, UFMG, 2012. p. 91.

comissões da ALMG são compostas por deputados que apreciam os projetos de lei em tramitação, além de poderem propor projetos de lei de suas autorias. Possuem como atribuições: a fiscalização dos atos do Governo, a promoção de visitas, debates e audiências públicas com foco nos temas que são de interesse da sociedade e a realização de estudos para subsidiar as tomadas de decisões da Casa. As Comissões da ALMG dividem-se em permanentes e em temporárias. Atualmente, a Casa conta com 21 comissões permanentes<sup>21</sup>, que realizam reuniões públicas. Já as comissões temporárias são criadas para tratar de temas específicos, sendo que sua extinção ocorre assim que cumpre sua finalidade ou com o término da legislatura. As comissões temporárias são classificadas como:

1) Comissões especiais: realizam análises específicas sobre o tema em questão, podendo sugerir a escolha de dirigentes de órgãos públicos e conselheiros do Tribunal de Contas do Estado – TCMG –, além de apreciarem as propostas de alteração na Constituição Estadual e também analisar os vetos propostos pelo governador.

2) Comissões parlamentares de inquérito – CPIs: sua finalidade é a de apurar os fatos que são relevantes para a vida pública e para a ordem constitucional, legal, econômica e social do Estado. Podem assim instaurar processos investigativos.

3) Comissões extraordinárias: interagem com as comissões permanentes, tratando de assuntos pertinentes à defesa dos direitos coletivos, fornecendo estudos sobre determinadas matérias. (MINAS GERAIS, 1997.)

Além dos debates essenciais ao trâmite e refinamento de propostas legislativas, as comissões da ALMG cumprem o papel de aproximar os “representantes” de seus “representados”. Para fortalecer ainda mais essa dimensão, em 2003, foi instituída, a Comissão de Participação Popular – CPP –, uma inovação institucional, com o objetivo de incorporar as demandas apresentadas pela sociedade civil organizada. Segundo Magalhães (2009), “*trata-se da inauguração de uma institucionalidade participativa, de caráter híbrido, com poderes de agenda na esfera pública e de controle societário da ação governamental.*” (MAGALHÃES, 2009, p. 5.)

---

<sup>21</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Comissões da 18ª Legislatura (de 01/02/2015 a 31/01/2019). In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.**

## 2.2 O planejamento estadual e a participação na ALMG

Como previsto no art. 165 da Constituição Federal<sup>22</sup> a estrutura orçamentária do país é baseada nos Planos Plurianuais – PPA –, e nas leis orçamentárias que são as Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO – e a Lei Orçamentária Anual – LOA. A regulamentação do planejamento plurianual e seu embasamento nas diretrizes orçamentárias promovem a qualidade dos gastos públicos e o controle sobre eles, enquanto que os princípios orçamentários<sup>23</sup> são orientadores do controle e da execução das fases do orçamento. De acordo com Giacomoni (2009) as fases do ciclo orçamentário são: a elaboração, aprovação, execução e o controle. Segundo o autor, esse alicerce assegura a competência na construção e execução dos planos de ação governamental.

O Governo do Estado de Minas Gerais conta com um instrumento peculiar de planejamento: o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI –, que tem como propósito fixar as estratégias para a promoção do desenvolvimento econômico e social de longo prazo e baliza os demais mecanismos que sistematizam a atuação do Estado. O PMDI foi atualizado para o período 2016 a 2027<sup>24</sup> e nele foram estabelecidos os “eixos”, as “áreas” e os “objetivos estratégicos” que servirão de diretrizes para a administração pública na definição das ações e projetos de enfrentamento das desigualdades regionais<sup>25</sup>. De acordo com o art. 231 da Constituição Estadual (MINAS GERAIS, 1989, p. 176), é garantido o direito à participação da sociedade civil para o estabelecimento e execução do PMDI.

O Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – é classificado como plano de médio prazo e é o foco de análise desse trabalho de conclusão de curso. Trata-se de uma peça do sistema de planejamento e orçamento público estadual e apresenta tempo de duração de quatro anos, com vigência a partir do segundo ano de mandato do governador até o primeiro ano de mandato do governo seguinte. A principal função do PPAG é a de definir o escopo dos programas e ações, ou seja, explicitar o que o Estado pretende realizar. O PPAG é um planejamento com vistas ao futuro, no trato de problemas

---

<sup>22</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2012.

<sup>23</sup> 1) Princípio da Unidade; 2) Totalidade; 3) Universalidade; 4) Periodicidade ou Anualidade; 5) Exclusividade; 6) Especificação, Especialização ou Discriminação; 7) Não Vinculação ou Não Afetação das Receitas; 8) Orçamento Bruto; 9) Equilíbrio; 10) Legalidade; 11) Publicidade; 12) Clareza ou Objetividade; 13) Exatidão.

<sup>24</sup> MINAS GERAIS. **Lei nº 21.967, de 12 de janeiro de 2016**. Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências.

<sup>25</sup> MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019**. Belo Horizonte: ALMG. 2015.

presentes, sendo que a criação dos programas no PPAG é resultado da identificação de problemas sociais, por meio dos quais as ações são desenvolvidas para alcançar o objetivo, que é, finalmente, promover qualidade de vida aos cidadãos. (MINAS GERAIS, 2016.)

Segundo a Constituição Estadual (MINAS GERAIS, 1989), o poder Executivo deve encaminhar o PPAG ao Legislativo até o dia 30 de setembro, iniciando assim seu processo de discussão e de revisão. Logo após o recebimento, é estabelecido o calendário para o cumprimento do processo participativo.

Entre os instrumentos utilizados para organizar a atuação do Estado há, ainda, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO –, de elaboração anual e que delimita as prioridades do governo para o próximo ano, sendo base para a elaboração da Lei do Orçamento Anual – LOA. O projeto de lei da LOA é enviado pelo Executivo à Assembleia Legislativa, contendo a estimativa de receita e de despesas do Estado. As despesas são apresentadas divididas por grandes temas: saúde, educação e transporte. Ressalta-se que tanto a LDO quanto a LOA devem estar orientadas pelo PPAG.

Em Minas Gerais, o PPAG é revisado anualmente, sendo as revisões realizadas por meio de audiências públicas, que resultam no acolhimento de sugestões dos participantes que podem promover alterações no PMDI, no PPAG, na LOA, além de poderem ser desdobradas em requerimentos com solicitações de informações ou até mesmo de providências aos órgãos competentes. Nesse contexto, ressalta-se a importância da Comissão de Participação Popular – CPP – no processo de revisão e atualização do PPAG, uma vez que seu resultado pode incidir na produção de Proposta de Ação Legislativa – PLE –, durante o processo de participação e, posteriormente, analisadas pela CPP. O impacto dessas PLEs reside no fato de que podem gerar emendas ao PMDI, à LOA e ao PPAG. Ao final de todo processo, as proposições legislativas, os pedidos de providência ou a solicitação de informações aos órgãos e/ou entidades executores das políticas públicas estaduais, assumem a autoria da CPP<sup>26</sup>. (MINAS GERAIS, 1997, art. 289). Caso a PLE seja acatada pela Comissão de Participação Popular, ela se transforma em proposição legislativa (projeto de lei, emenda a projeto de lei ou requerimento, entre outras) e passa a tramitar na ALMG, como sendo de autoria da Comissão de Participação Popular. Segue, dessa forma, o mesmo rito do processo legislativo constitucional e regimentalmente previsto. (MAGALHÃES, 2009, p. 6).

O processo de discussão participativa do PPAG emerge na CPP com o

---

<sup>26</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Regimento Interno da Assembleia Legislativa**: Resolução nº 5.176, de 1997. 12. ed. Belo Horizonte: ALMG, 2016.

envolvimento fundamental da Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI – e da Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT. Inicialmente, os desenhos da discussão foram formatados pela GPI com auxílio da GCT. Esse formato não possuía a etapa de votação para o acolhimento das propostas, sendo que todas eram acolhidas e analisadas, o que resultou, muitas vezes, no fato de algumas propostas serem acolhidas pela CPP, porém, serem rejeitadas pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária – FFO, que passou a ser demandada no processo. As mudanças foram constantes e o processo foi progressivamente integrado no âmbito das comissões, o que promoveu a realização de audiências em conjunto pela CPP e FFO. (REIS; MAGALHÃES; MOREIRA, 2012, p. 49.)

A Gerência-Geral de Consultoria Temática incumbiu-se de planejar e de desenvolver propostas de desenhos institucionais com vistas à promoção da discussão coletiva no âmbito da ALMG. Com essa intenção, aplicou um formato de participação onde os grupos de interesse discutiam as propostas entregues no evento e criavam, a partir daí, grupos ou focos voltados para a intervenção. Essa metodologia de trabalho foi adotada em eventos ocorridos no interior do Estado, em um momento em que a Casa estava promovendo seu processo de interiorização. O sucesso da dinâmica, porém, dependia grandemente da atuação do participante responsável por acompanhar a audiência e o grupo. As avaliações internas, realizadas pelo grupo de consultores da GCT envolvidos no processo, apontavam a demanda pelo redesenho da metodologia adotada, pela necessidade de se romper alguns fatores limitantes da participação nas audiências públicas, entre os quais se destaca o fato de a fala dos participantes ser restrita e primeiramente direcionada aos parlamentares com assento à Mesa. Nas audiências públicas o debate e a construção de propostas de forma coletiva ficavam frequentemente prejudicadas.

Um momento relevante para a participação na esfera pública iniciou-se no ano de 2015, com a implementação dos Fóruns de Governo<sup>27</sup>, promovidos pelo Poder Executivo, para reunir e ouvir os atores da sociedade civil e os representantes de entidades sociais na discussão e apontamento daquilo que deve ser priorizado para enfrentamento pelo governo. Com o objetivo de conhecer e de contemplar as várias demandas regionalmente, realizou-se um evento em cada Território de Desenvolvimento do Estado<sup>28</sup>, sinalizando a chegada de novo ciclo de planejamento do Estado, resultado da atualização do PMDI e do PPAG (2016-2019).

---

<sup>27</sup>MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Fóruns Regionais**: a sua voz é a voz de Minas. Belo Horizonte: Seplag, ALMG, 2017.

<sup>28</sup>O Governo de Minas Gerais implementou o conceito de Territórios de Desenvolvimento, a partir do qual dividiu o Estado em 17 regiões de desenvolvimento.

No âmbito da Assembleia Legislativa, a Secretaria-Geral da Mesa – SGM – e a Diretoria de Processo Legislativo – DPL – propuseram alterações no formato de discussão do PPAG no ano de 2015. Para atender às transformações no cenário, o Legislativo Mineiro criou um grupo intersetorial composto pelas Gerência-Geral de Projetos Institucionais – GPI –, Gerência-Geral de Apoio às Comissões – GCO –, Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT – e Gerência-Geral de Relações Públicas e de Cerimonial – GRPC –, para definirem o formato do processo de revisão do PPAG e a necessária mobilização do público para tanto. O desenho final desse processo buscou criar um espaço para que a população integrasse o processo e recebesse as informações necessárias para a compreensão do orçamento. Buscava-se proporcionar, assim, a discussão qualificada e a participação efetiva da população.

Os temas que serão abordados nas seções seguintes buscam apresentar e comparar os três desenhos adotados para a discussão do PPAG nos anos de 2014, 2015 e 2016. Ressalta-se que, dimensionar com precisão alguns pontos a respeito da participação nesse processo não é tarefa fácil, em função da escassez e da incompletude de informações disponíveis nos registros e bancos de dados da ALMG.

### 3 O PPAG EM MINAS GERAIS E SEU POTENCIAL PARA A PARTICIPAÇÃO

Com o intuito de analisar o potencial dos diferentes desenhos participativos adotados pela Assembleia Legislativa para a discussão do PPAG, esta seção abordará as características e os formatos dos processos realizados nos anos de 2014, 2015 e 2016. A análise do PPAG nesses anos destaca o redesenho do processo, com experimentações e testes voltados a tornar o processo mais inclusivo e mais deliberativo.

As características do desenho institucional serão detalhadas nessa seção, tendo-se em vista sua importância para a participação e para a deliberação. (FUNG, 2004; AVRITZER, 2005). Serão considerados os aspectos do desenho institucional dos minipúblicos, apontados por Fung (2004). Os dados apresentados a seguir foram retirados dos Relatórios produzidos pela Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas – GPP –, da Gerência-Geral de Consultoria Temática – GCT –, subordinadas à Diretoria de Processo Legislativo – DPC –, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Ressalta-se que, de forma geral, o processo de participação da sociedade no processo de revisão do PPAG segue um rito que se repete, independentemente do desenho adotado para a participação. São realizadas audiências públicas, que cumprem a metodologia definida pelo desenho. No primeiro momento da audiência, os participantes do evento são acolhidos e encaminhados para locais pré-determinados nas dependências da ALMG, onde, inicialmente, assistem a palestras proferidas por técnicos do Poder Executivo a respeito da situação financeira do Estado e recebem informações sobre os diversos programas de governo. Posteriormente, o corpo técnico do Poder Executivo e consultores da Assembleia Legislativa, se colocam à disposição dos participantes para o esclarecimento de possíveis dúvidas e para o fornecimento de informações técnicas necessárias para a compreensão dos programas de governo e do próprio PPAG. Desse modo, as discussões são enriquecidas e servem de base para a etapa seguinte que é a de deliberação, que resulta em proposta de ação legislativa – PLE –, que são processadas e apresentadas em audiência pública realizada ao final do evento. As PLEs são posteriormente publicadas no *site* da ALMG<sup>29</sup>. A Comissão de Participação Popular – CPP – é a comissão responsável pela apreciação das PLEs, que em seguida são apreciadas pelos parlamentares, assessorados por representantes do Poder Executivo e

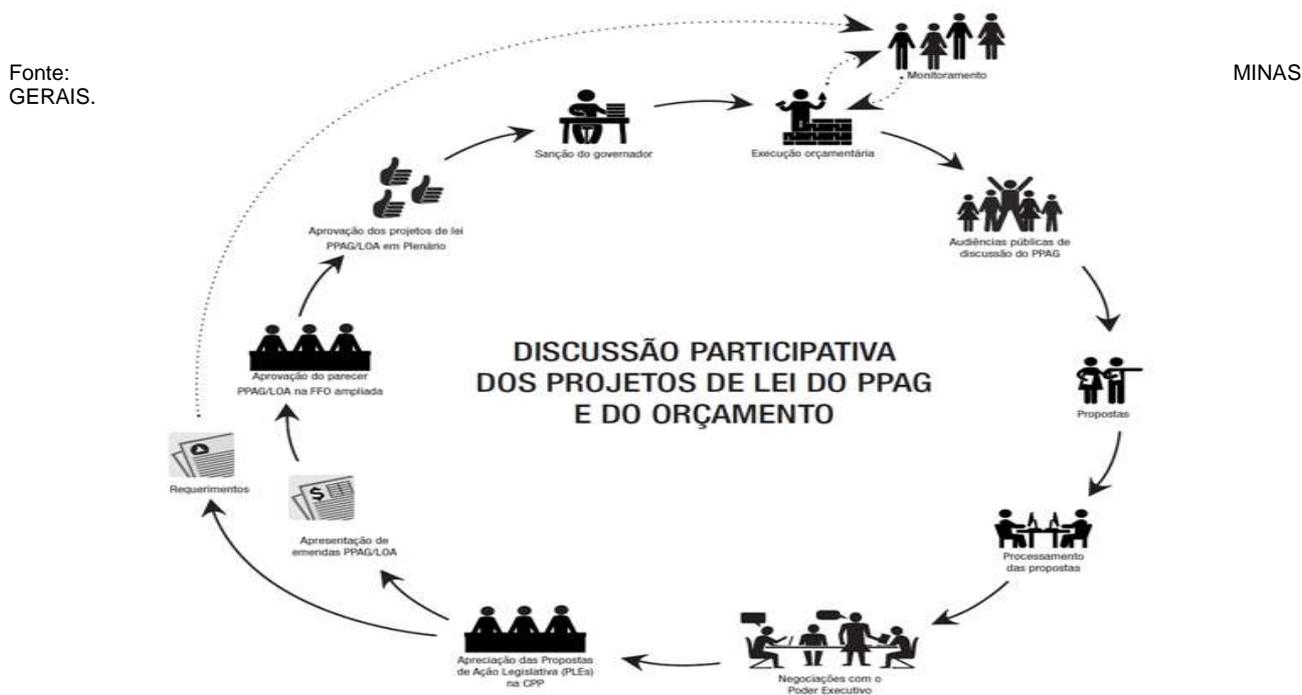
---

<sup>29</sup>Caminho para consulta no site da ALMG: Aba Atividade Parlamentar→Tramitação de Projetos→Pesquisa Rápida: item Proposta de Ação Legislativa.

de consultores da ALMG, em relação à viabilidade<sup>30</sup> das PLEs. Nesse processo, as emendas ao PPAG e à LOA, que resultam em impactos orçamentários, são apreciados também pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária – FFO.

Por fim, as Propostas de Ação Legislativa são apresentadas em Plenário para apreciação e submetidas à sanção do governador. Em relação à participação da sociedade, ela torna-se igualmente importante na fase seguinte, que é a de monitoramento da execução orçamentária e da política pública. A Figura 1 abaixo, retrata o processo de Discussão Participativa dos projetos de Lei do PPAG e do Orçamento.

**Figura 1 – Discussão Participativa dos projetos de Lei do PPAG e do Orçamento**



Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas.

Em todos os três anos do processo de discussão do PPAG aqui descritos, destaca-se a preocupação do Executivo e da ALMG na formação dos participantes da discussão do PPAG, por meio da disponibilização de cursos *on-line*<sup>31</sup>, em parceria com a Escola do Legislativo, sobre a temática que envolve o orçamento do Estado. No entanto, os desenhos utilizados para promover a participação no processo e revisão do PPAG foram distintos e serão descritos a seguir.

<sup>30</sup> Nessa etapa são analisados os critérios de pertinência da PLE à legislação, sua adequação à política pública, questões ligadas à gestão e competência dos órgãos e se a proposta encontra-se contemplada em alguma ação prevista no PPAG.

<sup>31</sup> Os cursos são oferecidos gratuitamente pela modalidade de curso a distância – EAD.

### 3.1 Discussão participativa do PPAG 2012-2015 para o Exercício de 2015

Em 2014, realizou-se o processo de revisão do PPAG para o exercício de 2015. O evento aconteceu no período de 4 a 7 de novembro. O PPAG foi estruturado em temas e redes. Nesse ano, o processo recebeu propostas individualizadas dos presentes e possibilitou o encaminhamento *on-line* de sugestões, por meio do acesso ao *site* da ALMG, dado que não foi possível a realização de audiências públicas no interior do Estado, que depende para sua realização de questões políticas e orçamentárias.

#### *a) Quem? Seleção e Recrutamento dos Participantes.*

O processo de mobilização dos públicos se deu pela atuação das gerências de GRPC, GPI e GCT, que ficaram responsáveis pela identificação do público engajado. Os gabinetes parlamentares interessados também participaram dessa mobilização. Os convites foram enviados pelo *e-mail* institucional da ALMG para os atores que são cadastrados no banco de dados de instituições que se relacionam com a ALMG<sup>32</sup>, ou pelos próprios gabinetes parlamentares. Convites impressos também foram enviados pela Casa e disponibilizados para distribuição pelos parlamentares. O próprio *site* da ALMG constitui-se de um meio de divulgação do evento, servindo também para o recebimento de inscrições. Destaca-se o fato da inscrição para a revisão do PPAG não apresentar nenhuma restrição ou condicionamento para que fosse processada, seja pelo remotamente pelo *site* ou presencialmente nos dias do evento, quando todos os interessados eram recebidos e assessorados durante todo processo.

Dos 1.087 inscritos, o evento contou com a participação efetiva de 617, representando 56% do total. Em relação à participação de entidades, 130 instituições fizeram-se presentes, por meio de seus representantes. O perfil dessas instituições é caracterizado em relatório (MINAS GERAIS, 2015):

Das 130 instituições representadas 57 (43,8%) são setores do governo, 65 (50%) representam a sociedade civil e 8 (6,1%) são instituições mistas, como conselhos de políticas públicas ou comissões compostas por representantes governamentais da sociedade civil. (MINAS GERAIS, 2014, p. 4-5.)

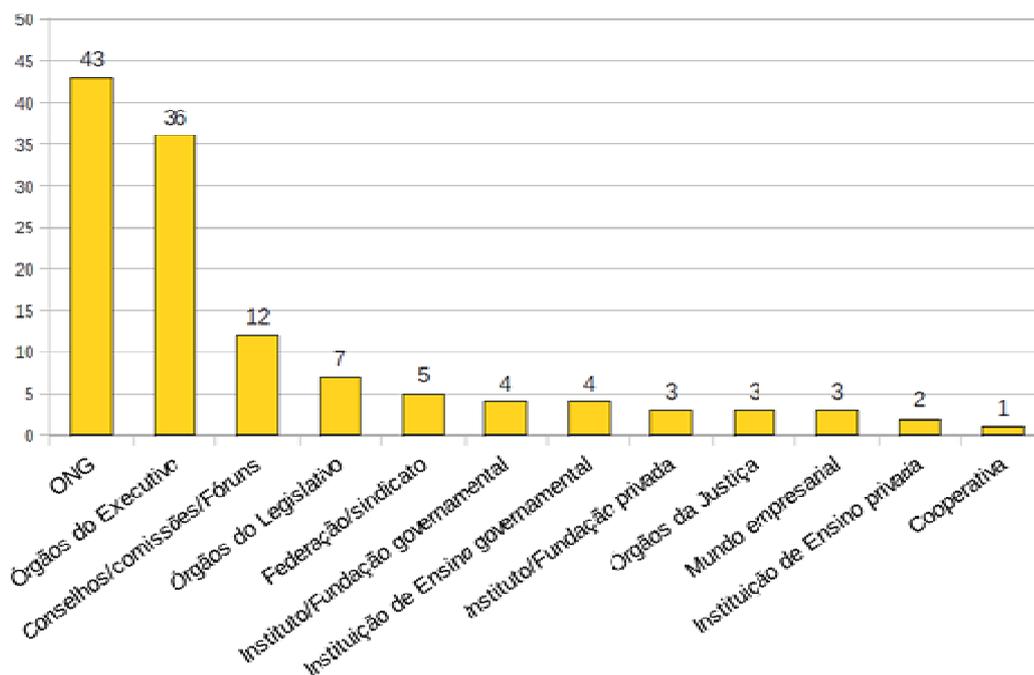
Esses atores já estão envolvidos no processo e representam uma fração dos interesses diversos.

O Gráfico 1 detalha as instituições representadas no processo e o quantitativo.

---

<sup>32</sup>A GPI é a gerência responsável pela alimentação do banco de dados de participantes do processo.

**Gráfico 1 – Instituições representadas na discussão participativa do Projeto de Lei de Revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício 2015**



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Relatório Final de Inscrição e Participação**. Belo Horizonte: ALMG, 2014. p. 4.

#### *b) O que? Tema e Escopo da Deliberação*

Essa característica proposta por Fung (2004) diz respeito à escolha do tema. De modo geral, o foco do PPAG é estabelecer as diretrizes, os objetivos e as metas dos programas temáticos. Por ser um instrumento regionalizado, ele possibilita uma análise profunda das situações e guia a implementação das políticas públicas, adequando-as ao orçamento anual. Os debates ocorrem de forma setorializada, por área da política pública estadual. Em relação ao processo de revisão do PPAG, ressalta-se que a escolha do tema ao qual o participante se vinculou ocorreu de forma livre. Acredita-se que, em função dessa liberdade de escolha, os participantes puderam deliberar com qualidade e elaborar propostas mais fundamentadas, dado sua afinidade com o tema escolhido.

Os temas das audiências públicas foram divididos nas seguintes redes: Rede de Educação e Desenvolvimento Humano; Rede de Governo Integrado; Rede de Cidades; Rede de Atenção à Saúde; Rede de Identidade Mineira; Desenvolvimento Social e Proteção; Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação; Rede de Defesa e Segurança; Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

### c) Como? O Modo Deliberativo

O processo de revisão do PPAG foi subsidiado por meio da realização de 10 (dez) audiências públicas, com o intuito de discutir e acolher as sugestões populares. A proposta consistiu na divisão das audiências por Rede de Desenvolvimento Integrado, a saber: Educação e Desenvolvimento Humano/ Governo Integrado/ Cidades/ Desenvolvimento Rural/ Ciência, Tecnologia e Inovação/ Desenvolvimento Social e Proteção/ Identidade Mineira/ Atenção à Saúde/ Defesa e Segurança/ Desenvolvimento Econômico Sustentável/ Infraestrutura/ Programas especiais. As audiências públicas também foram divididas por região. Diferentemente dos anos anteriores, houve inovação que incorporou ferramenta de participação *on-line* para recebimento de sugestões populares, pelo acesso ao *site* da ALMG, que pode ser compreendido como meio de valorização da participação e divulgação de informações.

Em todos os dias do evento, após a abertura dos trabalhos pela Mesa, que era composta por parlamentares, o corpo técnico do Poder Executivo realizava palestras sobre a execução dos programas específicos da Rede de Desenvolvimento Integrado. De forma geral, eram apresentados aos participantes dados sobre a execução dos programas de governo e sobre o monitoramento das ações. As audiências tornavam-se espaços de escuta, sendo que os participantes podiam se conduzir ao microfone e apresentar ponderações, críticas, sugestões e perguntas aos parlamentares e técnicos presentes. Durante essas audiências era distribuído aos participantes um formulário (Anexo A), com os seguintes campos: Identificação do proponente; qual o programa ou ação que receberia sugestões; para qual atributo a sugestão estava direcionada<sup>33</sup>; justificativa da sugestão. O preenchimento do formulário contava com o assessoramento da equipe de consultores da ALMG.

Havia a possibilidade de troca de informações e interação entre os participantes, mas as sugestões para revisão do PPAG eram formuladas de forma individualizada e entregues para os técnicos da ALMG, que as recebiam em nome da CPP. Salienta-se que alguns grupos com maior engajamento e história de participação no processo formulavam suas propostas no interior do seu próprio coletivo, em alguns casos, anteriormente à realização do evento, ocasião em que as mesmas eram apresentadas.

---

<sup>33</sup>Os atributos são: nome, finalidade, unidade de medida, meta física e/ou financeira.

#### d) Quando? Recorrência e Interação

Entre os dias 4 a 7 de novembro de 2014, realizou-se a revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício de 2015. O evento ocorre nas dependências da ALMG, em dias úteis da semana e em horário comercial. Realizou-se uma audiência pública para cada Rede de Desenvolvimento Integrado, com duração variada, conforme o número de programas considerados e o tempo demandado para a fala dos participantes.

No caso do PPAG, sua revisão de periodicidade anual pode ser compreendida como adequada, visto que, para a implementação e avaliação de seus impactos demanda-se um período de tempo, diferentemente de outros minipúblicos, como destaca Fung (2003), “*Os minipúblicos dedicados à resolução de problemas participativos ou à governança democrática deveriam reunir mais frequentemente*” (Fung, 2003, p.181).

Em 2014, o processo de discussão participativa do PPAG não esteve relacionado a outros grandes eventos participativos da ALMG, como seminários legislativos ou ciclos de debates. Assim, a não ser por eventos de comissões que possam ter mobilizado os mesmos públicos do PPAG, os atores envolvidos com o PPAG não foram incentivados a se reunir novamente ao longo do ano na Casa.

#### e) Por Quê? Apostas

O PPAG é um instrumento de planejamento de médio prazo do governo, que tem por objetivo definir as estratégias, diretrizes e metas da administração pública estadual. O instrumento é revisado anualmente com a finalidade de identificação das adequações necessárias ao planejamento. Para essa revisão e adequação das realidades dos territórios do Estado, são promovidos eventos que buscam, por meio da CPP, construir políticas públicas com efetiva participação da sociedade. Como ressalta Fung (2004), a deliberação pode ser *fria*, quando o participante não possui vínculo direto com o tema. Ou *quente* quando o participante possui muito em jogo. (FUNG, 2004, p.181).

Nesse processo os públicos “quentes” são as entidades e instituições que participam ativamente de discussões sobre a temática enfocada. Elas são convidadas pela ALMG, por meio de pesquisa no banco de dados das entidades cadastradas, ou pelo banco de cadastro dos próprios parlamentares.

O orçamento público é um instrumento de planejamento em que as receitas, os gastos e a execução são definidos. Portanto ele define a alocação dos recursos e é nesse momento que o envolvimento da sociedade se faz necessário, uma vez que, pode direcionar os recursos de forma a solucionar os problemas e demandas, reduzir as desigualdades e otimizar os gastos. Essa característica do desenho é resultado do quanto o tema

discutido afeta o participante. Por isso, o público e/ou organizações “quentes”, mobilizam-se para canalizar suas demandas em sugestões. Esse momento é compreendido como de disputa para que o tema seja contemplado na agenda pública, sendo a atuação da ALMG como mediação.

#### *f) Empoderamento*

A ALMG além de criar os meios para a participação da sociedade no processo de revisão do PPAG, precisa tornar os resultados notáveis para a população para que haja motivação para a participação. Portanto, o empoderamento só existe se for capaz de influenciar as decisões públicas (FUNG, 2003, p. 182). No processo de discussão participativa do PPAG para o exercício de 2015, foram apresentadas 226 sugestões populares, sendo 58 enviadas de forma virtual, por meio do *site* da ALMG. Essas 226 sugestões foram processadas e transformadas em 138 Propostas de Ação Legislativa – PLEs. Das 138 PLEs geradas, 3 foram anexadas, dada a similaridade com outras propostas em tramitação, o que levou ao quantitativo final de 135 PLEs.

A apreciação das PLEs pela Comissão de Participação Popular – CPP – foi antecedida por reuniões de negociação entre Parlamentares das Comissões envolvidas no processo e representantes do Poder Executivo. Após análise efetuada pelos técnicos, com base em quesitos como pertinência à legislação; adequação com a política; competência do legislativo estadual; e existência de ação já prevista no plano, dez das 135 PLEs foram rejeitas pela CPP. Das 125 PLEs acolhidas, notam-se 47 emendas ao PPAG (2012-2015), 39 emendas à LOA e 139 requerimentos. Ressalta-se que o número de requerimentos e de emendas podem ser maiores do que o número de PLEs, pois uma PLE pode gerar vários requerimentos com pedidos de providências ou informação aos órgãos e entidades, além de emendas.

A Tabela 1, a seguir, apresenta o número total de PLEs geradas, detalhando o impacto das mesmas por Rede de Desenvolvimento integrado.

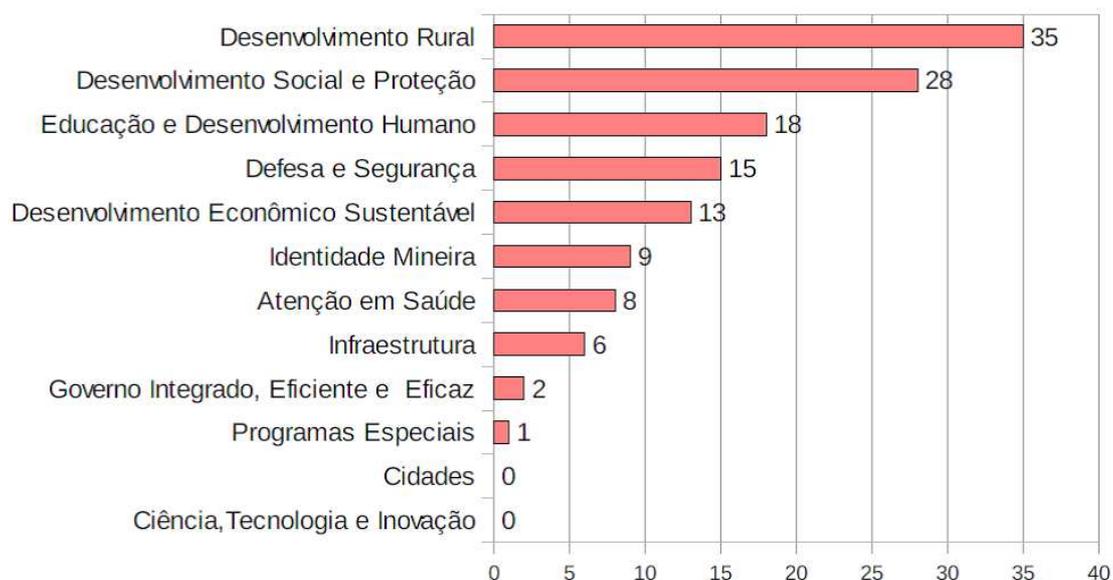
**Tabela 1– Quantitativo de PLEs de emendas ao PPAG e à LOA e de requerimentos por Rede de Desenvolvimento Integrado e Programas Especiais, geradas no processo de discussão participativa da Revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício 2015.**

<b>Rede de Desenvolvimento Integrado</b>	<b>Total de Ples</b>	<b>Emenda ao PPAG</b>	<b>Emenda à LOA</b>	<b>Requerimento</b>	<b>Rejeição</b>
Rede de Atenção em Saúde	8	0	3	12	0
Rede de Cidades	0	0	0	0	0
Rede de Ciência, Tecnologia e Inovação	0	0	0	0	0
Rede de Defesa e Segurança	15	4	5	15	2
Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável	13	9	3	8	0
Rede de Desenvolvimento Rural	35	13	10	33	1
Rede de Desenvolvimento Social e Proteção	28	12	10	37	1
Rede de Educação e Desenvolvimento Humano	18	5	5	13	5
Rede de Governo Integrado, Eficiente e Eficaz	2	0	0	4	0
Rede de Identidade Mineira	9	3	3	10	1
Rede de Infraestrutura	6	0	0	7	0
Programas Especiais	1	1	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>135</b>	<b>47</b>	<b>39</b>	<b>139</b>	<b>10</b>

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria temática. **Sistema de Propostas Populares ao PPAG.**

O Gráfico 2, a seguir, descreve o número de emendas e requerimentos por Rede de Desenvolvimento Integrado.

**Gráfico 2 – Número de PLEs apresentadas por Rede de Desenvolvimento Integrado. PPAG 2012-2014, para o exercício 2015**



Fonte primária: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria temática. **Sistema de Emendas ao PPAG.**

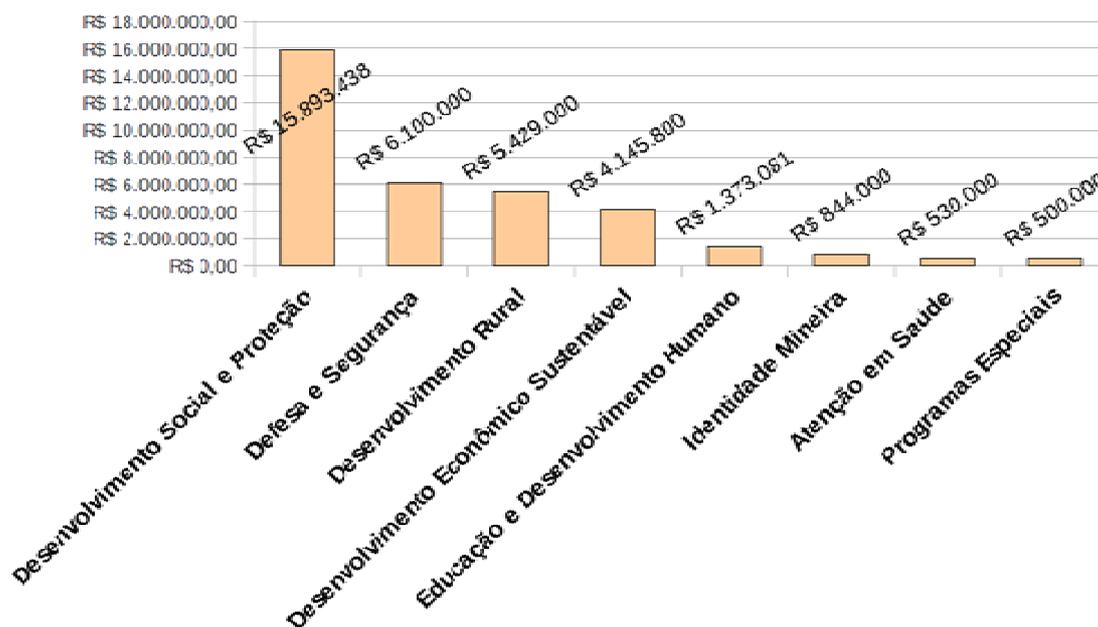
Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2012-2015, para exercício 2015.** Belo Horizonte: ALMG, 2014. p.7.

No que diz respeito ao recurso mobilizado nesse processo de revisão do PPAG 2012-2015, (MINAS GERAIS, 2014),

foram discutidos um total de R\$ 34.815.319,00 (trinta e quatro milhões, oitocentos e quinze mil, trezentos e dezenove reais) entre recursos para novas ações, acréscimos de meta financeira ou especificação de objetos de gasto em recursos já previstos. (MINAS GERAIS, 2014, p.8-9.)

Como mostra o Gráfico 3 abaixo, a Rede de Desenvolvimento Social e Proteção mobilizou R\$ 15,8 milhões (45,6 %) dos recursos. Já a rede de Defesa e Segurança mobilizou R\$ 6,1 milhões (17,5%), seguida da rede de Desenvolvimento Rural R\$ 5,4 milhões (15,5%), e a Rede de Desenvolvimento Econômico Sustentável R\$ 4,1 (11,9%). A rede de Educação e Desenvolvimento Humano ficou com 1,3 milhão (3,9%). A rede de Identidade Mineira, com R\$ 844 mil. Por fim, as redes de Atenção à Saúde, com R\$ 530 mil e os Programas Especiais com R\$ 500 mil, representando juntas 5,38% dos recursos.

**Gráfico 3 – Distribuição de recursos mobilizados entre as redes. Projeto de Lei de revisão do PPAG 2012-2015, para o exercício 2015.**



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2012-2015, para exercício 2015.** Belo Horizonte: ALMG, 2014. p.8-9

#### g) Monitoramento

O monitoramento dos resultados da discussão participativa do PPAG pode se realizar por meio de consulta ao *site da ALMG*<sup>34</sup>; por meio do Centro de Atendimento ao Cidadão – CAC –, localizado no *hall* de entrada da Assembleia Legislativa; ou por solicitação de informações aos gabinetes parlamentares envolvidos no processo ou ao “*Fale com*” da Assembleia, que é um dos canais disponíveis de comunicação do cidadão com a Casa<sup>35</sup>.

O Site de Políticas Públicas ao seu Alcance foi disponibilizado no ano de 2013, e define como seu principal

público do site é a população mineira interessada no monitoramento, avaliação e formulação de políticas públicas, bem como os Deputados e as Comissões da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Destaca-se a população que participa presencialmente das audiências públicas realizadas com a finalidade de colher propostas para o aprimoramento do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – e para suas revisões. (MINAS GERAIS, 2013.)

Durante as audiências temáticas que aconteciam na Casa no decorrer do ano, buscava-se apresentar o andamento da proposta relativa ao tema. Uma participação

<sup>34</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Site).

<sup>35</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. *Fale com a Assembleia.* In: \_\_\_\_ . **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Site).

contínua é fundamental para a qualidade do monitoramento, dado que, os envolvidos agregam conhecimento e geram *accountability*. Esse processo torna mais transparente as ações dos representantes, que podem ser cobrados para que o planejamento alcance o objetivo proposto.

### **3.2 Discussão participativa do PPAG 2016-2019 para o Exercício de 2016 – Baralho PPAG 2016-2019**

No ano de 2015, o desenho adotado no evento buscou apresentar o “novo”<sup>36</sup> PPAG de forma lúdica. Esse formato teve como inspiração o Jogo “Baralho Legal” (Anexo B), que havia sido desenvolvido pela Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial<sup>37</sup>, com a intenção de facilitar e aperfeiçoar o processo interno de identificação e perfil de relevância das leis aprovadas pela ALMG. Após a experiência e o potencial apresentado pelo jogo, os servidores responsáveis pela organização da discussão participativa do PPAG decidiram incorporar o método e aplicá-lo com os participantes no PPAG. O método é composto por cartas que descrevem as informações dos programas por área e um tabuleiro onde os programas priorizados são organizados após o processo de apresentação e conhecimento.

#### *a) Quem? Seleção e Recrutamento dos Participantes*

O relatório<sup>38</sup> produzido pela Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas – GPP –, com base em questionários de avaliação da discussão participativa respondidos pelos participantes do processo, analisa o meio pelo qual os participantes tiveram conhecimento do evento. No questionário, produzido e aplicado pela Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial – GRPC –, o campo relacionado à comunicação do evento estava dividida em duas partes, uma primeira sobre o meio pelo qual o participante tinha tomado conhecimento do acontecimento do evento, e outra solicitando a indicação da instituição que encaminhara o convite, caso essa fosse a opção indicada<sup>39</sup>.

---

<sup>36</sup>Esse processo conta como uma nova agenda de programas e ações governamentais.

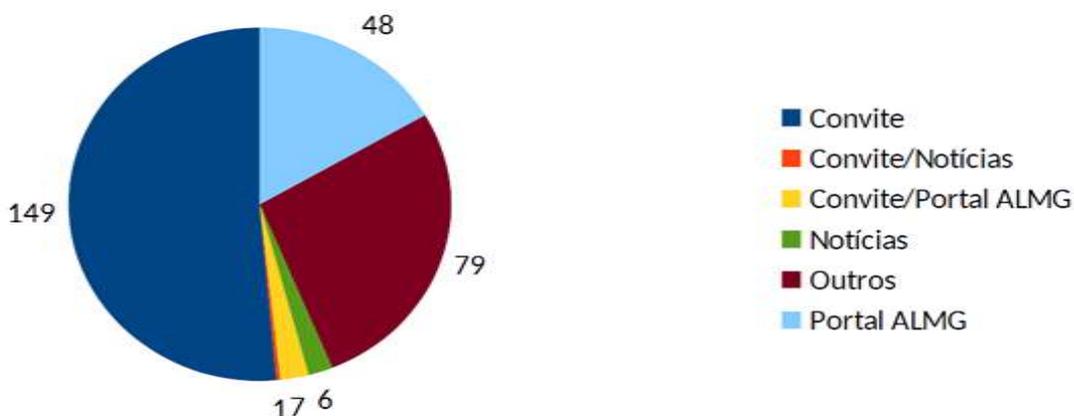
<sup>37</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. Gerência de Publicidade e Comunicação visual. **Relatório de pesquisa de opinião: grupos focais com líderes e consultores da ALMG do projeto A Lei a Serviço do Cidadão**. Belo Horizonte: ALMG, 2012.

<sup>38</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – Para o quadriênio 2016-2019**. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

<sup>39</sup>Ressalta-se que esses campos, no entanto, parecem ter suscitado entendimentos ambíguos entre os participantes, pois a posição das lacunas que o respondente deveria marcar, (especificamente, nas lacunas “convite” e a “notícias”) podiam gerar marcações equivocadas.

O Gráfico 4, a seguir, apresenta quais foram os meios de divulgação do evento. O questionário foi respondido por 297 participantes. Destas 149 pessoas (51,38%) assinalaram o meio “convites”, seguido da opção “outros” 79 (27,24%). O total dos que tomaram conhecimento do evento por meio do “Portal ALMG” foram 48 pessoas (16,55%). A opção “convite e portal” foi marcada por 7 participantes (2,41%). Tiveram conhecimento por meio de “notícias” 6 pessoas (2,07%), e apenas uma pessoa (0,34%) assinalou o campo “convite e notícia”.

**Gráfico 4– Discussão participativa do PPAG 2016-2019 para o Exercício de 2016.  
Meio de conhecimento do evento**

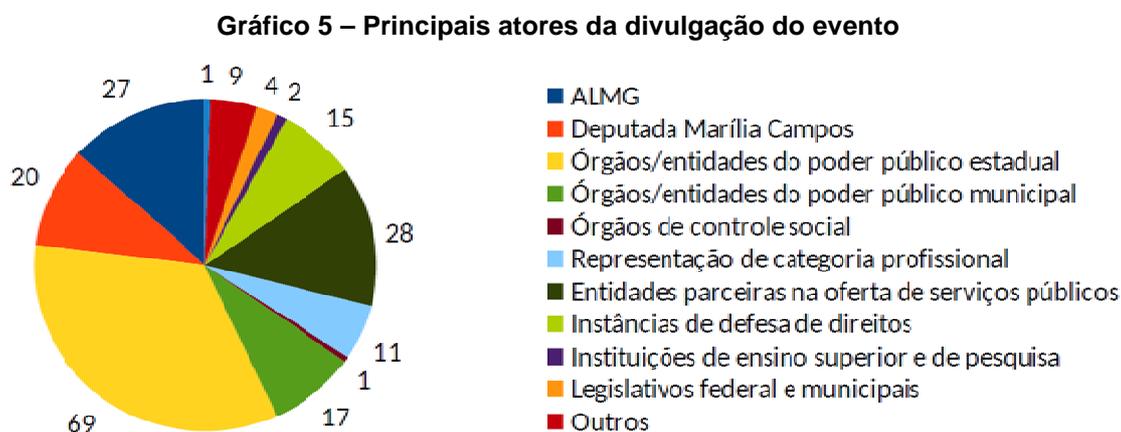


Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Resultados das Avaliações dos Participantes sobre o processo de Discussão Participativa do PPAG 2016-2019.** Belo Horizonte: ALMG, 2015.

Nesse processo é importante destacar que a divulgação do processo de revisão do PPAG contou com a atuação dos órgãos e entidades do Poder Executivo, apontado por 69 (33,82%) dos respondentes como canal pelo qual foram convidados para participar do evento. As entidades parceiras na oferta de serviços públicos foram apontadas por 28 (13,73%) dos participantes. O convite encaminhado pela A ALMG foi citado por 27 (13,24%) dos respondentes da pesquisa. Seguida do chamamento realizado pelo gabinete da Deputada Marília Campos que atingiu 20 (9,80%) dos presentes. Convites recebidos de órgãos e entidades do poder público municipal foram apontados por 17 (8,33%) participantes e as instâncias de defesa de direitos foram citadas por 15 (7,35%) dos presentes. Representação de categoria profissional foram citadas por 11 (5,39%) dos presentes e outros meios 9 (4,41%) dos participantes. Como convidados dos Legislativos federal e municipal 4 (1,96%) pessoas se identificaram e pelas instituições de ensino superior e pesquisa 2 (0,98%) presentes. E, por fim 1 (0,49%) participante fez apontamento referen-

te ao convite do Deputado Rogério Correia.<sup>40</sup> Ver Gráfico 5.

Ressalta-se o fato da divulgação do evento de revisão do PPAG ter ocorrido em prazo de menos de 15 de antecedência ter sido mal avaliado pelos participantes, segundo os quais o atraso na divulgação pode ter prejudicado a mobilização e a consequente presença de interessados<sup>41</sup>.



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Resultados das Avaliações dos Participantes sobre o processo de Discussão Participativa do PPAG 2016-2019**. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

A duração do evento cobriu um período de cinco dias, sendo aberto à participação de todos os interessados. O volume de programas constantes do PPAG foi muito extenso, sendo necessária sua subdivisão em eixos para viabilizar seu processo de revisão. Diferentemente do PPAG 2012-2015, que apresentava os programas divididos em Áreas de Resultados, dividiu-se o PPAG 2016-2019 em Eixos de Desenvolvimento, a saber: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública; Saúde e Proteção Social; Educação e Cultura; Governo; e Especial. Na discussão participativa do PPAG, os Eixos de Governo e Especial não foram objeto de debate.

A duração do evento cobriu um período de cinco dias úteis, excluindo o dia de abertura, de 26 de outubro a 5 de novembro de 2015, sendo aberto à participação de todos os interessados. Os temas foram divididos conforme os Eixos de Desenvolvimento do novo PPAG, sendo que a discussão e as sugestões ligadas aos temas dos eixos foram finalizadas ao longo de um único dia.

Em relação à participação, dos 1.080 inscritos, o evento contou com a presença de

<sup>40</sup>Tendo em vista essa similaridade de respostas, optou-se por agrupar as respostas relacionadas aos campos “convite” e “outros”. O resultado foi um total de 204 respostas.

<sup>41</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Avaliação Quantitativa das dinâmicas de discussão do PPAG 2016-2019 – Revisão para 2017**. Belo Horizonte: ALMG, 2016.

837 (77,5%). A Tabela 2, a seguir, apresenta os dias em que houve superlotação dos espaços disponibilizados para o evento<sup>42</sup>. Em relação à discussão dos eixos de desenvolvimento, no dia 28 de outubro de 2015 foi discutido o eixo Infraestrutura e Logística; no dia 29 de outubro, foi abordado o eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; no dia 3 de novembro, tratou-se do eixo Segurança Pública; no dia 4 de novembro, discutiu-se o eixo Saúde e Proteção Social e, por fim, no dia 5 de novembro de 2015, foi discutido o eixo Educação e Cultura.

**Tabela 2 – Participantes presentes e capacidade de acomodação dos espaços dos grupos de trabalho**

Data	Capacidade dos espaços (nº de pessoas)	Presenças	Ocupação dos espaços (%)	Ocupação excedente (%)
28/10/15	155	167	107,74%	7,74%
29/10/15	155	195	125,81%	25,81%
03/11/15	115	274	238,26%	138,26%
04/11/15	190	352	185,26%	85,26%
05/11/15	145	263	181,38%	81,38%
Total	760	1251*	164,61%	64,61%

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Resultados das Avaliações dos Participantes sobre o processo de Discussão Participativa do PPAG 2016-2019**. Belo Horizonte: ALMG, 2015. Nota: As 1251 presenças excedem os 837 participantes na medida em que o mesmo participante pode ter estado presente em mais de um dia de evento.

Destaca-se, de acordo com a Tabela 2, que os dias em que foram discutidos os eixos das áreas de Segurança Pública, Saúde e Proteção Social e Educação e Cultura houve maior número de participantes.

O Gráfico 6 ilustra a participação e o perfil das instituições/entidades participantes. Observa-se que o maior número de participantes pertence aos órgãos gestores (prefeituras municipais, órgãos responsáveis pela gestão de políticas públicas, etc). Ressalta-se o fato de que grande parte dos representantes vinculados às Secretarias de Estado atuou no evento fornecendo subsídios informacionais aos participantes do processo de revisão do PPAG. As entidades parceiras na oferta de serviços públicos<sup>43</sup> destacam-se como o segundo maior público presente ao evento. A representação do gráfico classifica as entidades e sua representatividade no processo.

<sup>42</sup>Nessa avaliação dia 26/10/15 não foi incluído, pois foi destinado à abertura do evento.

<sup>43</sup>Para uma análise do perfil das entidades representadas categorizou-se conforme sua natureza e finalidade. As entidades da sociedade civil são entendidas como uma organização sem fins lucrativos, que fornecem serviços à população, em parceria com o Estado, relacionados às diversas políticas públicas.

**Gráfico 6 – Perfil das instituições/entidades participantes do processo de discussão do Projeto de Lei do PPAG 2016-2019, por categorias**



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Relatório Final de Inscrição e Participação**. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

#### *b) O que? Tema e Escopo da Deliberação*

No ano de 2015, foi inaugurado um novo ciclo de planejamento no Estado, com a elaboração do Poder Executivo de propostas para a atualização do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o período 2016-2019. A atualização do PPAG diz respeito às modificações que visam ajustar o planejamento, conforme as diretrizes de cada governo eleito.

No primeiro dia das discussões participativas do PPAG 2016-2019, para o exercício de 2016, no evento de abertura, apresentou-se o novo projeto de PPAG e de a atualização do PMDI para o período 2016-2027. Para o processo de revisão no ano de 2105, o PPAG foi dividido em Eixos, os quais seguem os objetivos propostos no PMDI, com vistas a atuar sobre determinadas dimensões da realidade do Estado. Como prevê o art. 154 da Constituição Estadual (MINAS GERAIS, 1989), o PMDI e o PPAG devem ser alinhados e conter o mesmo conjunto de Eixos, Áreas e Objetivos Estratégicos. Os seis eixos destacados visam atingir ao objetivo proposto no PMDI, que é o desenvolvimento econômico e social sustentável de Minas Gerais. Por essa razão, todo programa inserido no PPAG é vinculado a algum dos seis eixos.

Os pontos que necessitam de atenção por parte do Estado são destacados nos programas de governo. Como detalhamento dos programas são definidas ações, com o objetivo de traçar metas para suprir as demandas da população. Aos participantes desse processo de revisão foi oferecida a oportunidade de se inscrever para participar dos eixos e dentro do eixo escolhido, participar das deliberações dos temas que lhes interessavam.

Os eixos foram divididos em temas, conforme o Quadro 1. A única restrição aos inscritos era quanto à sua participação em temas diferentes em um mesmo dia/eixo, dada a impossibilidade de participar em ambas as discussões no mesmo espaço de tempo.

**Quadro 1 – Temas discutidos em cada eixo/dia do processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019**

Eixo	Temas
Segurança Pública	Sistema Socioeducativo e Prisional Infraestrutura das Polícias Ostensiva, Judiciária e Defesa Civil Prevenção ao Crime e Justiça Criminal
Saúde e Proteção Social	Direitos Humanos Assistência Social e Segurança Alimentar Saúde e Esportes Trabalho, Emprego e Renda
Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	Agropecuária e Desenvolvimento Agrário Turismo, Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia Meio Ambiente
Infraestrutura e Logística	Municípios e Desenvolvimento Regional Energia e Saneamento Transporte e Trânsito
Educação e Cultura	Níveis e Modalidades de Ensino (Educação) Infraestrutura e Profissionais de Educação (Educação) Cultura

Fonte: Elaboração Própria.

Fonte primária: Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Relatório Final de Inscrição e Participação**. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

### *c) Como? O Modo Deliberativo*

Diante da possibilidade de criar um ambiente de interação e de proporcionar aos participantes a oportunidade de conhecer os programas trabalhados por eixo, aplicou-se novo desenho para revisão do PPAG. Para auxiliar os participantes no processo, foram elaborados e distribuídos os seguintes materiais de apoio: Guia de Programas (organizados por temas e destinatários das políticas públicas), um mapa de conceitos (para auxiliar a busca de informações dentro do PPAG) e um material com os Programas e Ações por eixo. (ANEXO C).

A abertura geral do evento ocorreu no Salão Nobre da ALMG, em audiência pública conjunta da Comissão de Participação Popular – CPP – e Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária– FFO. A cada dia, o evento contava com uma abertura específica, na qual era apresentada a dinâmica dos trabalhos e os materiais de apoio

apresentados e fornecidos aos participantes. Ainda nesse momento, eram apresentados os temas dos grupos de trabalho, para escolha dos participantes e direcionamento às salas onde as próximas atividades ocorreriam.

A dinâmica nos grupos de trabalho, na parte da manhã, consistiu na aplicação do Jogo “Baralho PPAG 2016-2019”. Uma vez divididos em grupos temáticos, os participantes foram agrupados<sup>44</sup>, e agiam como jogadores de “cartas”, que eram referentes aos programas do eixo em discussão no dia. Na frente de cada carta, estava impresso o nome da área e do eixo do programa. Em seu verso, constavam de forma sintética o código do programa, o tipo do programa<sup>45</sup>, o nome do programa, a unidade responsável e o objetivo. Destaca-se o fato de que cada participante do grupo possuía o material base para consulta, além do assessoramento do corpo técnico do Poder Executivo e de consultores disponíveis para dirimir quaisquer dúvidas.

Cada jogador recebeu uma quantidade de cartas, sendo a quantidade dividida igualmente, levando-se em consideração o número de cartas (ações do eixo) e participantes presentes<sup>46</sup>. O início da dinâmica consistiu na leitura das cartas pelos participantes. Em seguida, eles escolhiam as cartas de seu interesse e “descartavam” as demais, para que elas pudessem ser lidas e/ou escolhidas pelos outros participantes. A cada etapa, os cidadãos escolhiam os programas que gostariam de priorizar para trabalhar em momento posterior. Encerrado o momento de conhecimento e troca, as cartas que não foram escolhidas<sup>47</sup> não eram “excluídas” sem prévio consentimento. Para isso, o consultor fazia sua leitura e, após a votação pela escolha ou exclusão, seguia-se a dinâmica<sup>48</sup>. Esse método visava facilitar e direcionar a discussão, dada a limitação de tempo para a atividade de revisão do PPAG.

Na etapa final do jogo, o grupo devia votar quais seriam os programas priorizados. O número sugerido de programas por grupo era de três<sup>49</sup>, pelo entendimento de que as várias dimensões que seriam contempladas e acordadas em discussão, demandariam muito tempo, pela exigência de apresentação em formulário de propostas ao final de cada

---

<sup>44</sup>O jogador poderia consistir em um participante ou em um conjunto de participantes, conforme a quantidade de membros no grupo.

<sup>45</sup>O tipo de programa era: Finalístico que ofertam bens e serviços diretamente à sociedade; Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais: são voltados para a oferta de serviços ao Estado, para a gestão de políticas e para o apoio administrativo.

<sup>46</sup>Caso não fosse possível dividir de maneira igualitária, o consultor aplicador seria o responsável por ler as cartas restantes.

<sup>47</sup>O limite de escolha das cartas era igualmente dividido pelo número de participantes e de cartas.

<sup>48</sup>Os aplicadores ressaltavam que a exclusão de uma “carta” da dinâmica não significaria que aquele programa deixaria de ser executado como previsto no PPAG, mas apenas que deixaria de ser priorizado para o trabalho em grupo posterior. Os aplicadores também destacaram que o fato de o programa não ser escolhido pelos participantes não impediria que fosse discutido mais tarde, como ocorreu em alguns desses grupos.

<sup>49</sup>Ressalta-se que alguns grupos conseguiram trabalhar com um número maior de cartas e outros não, devido a fatores como: tempo, dimensão do programa, número de envolvidos entre outros.

dia de evento em plenária.

Os programas priorizados eram objeto de trabalho de grupo na parte da tarde do evento<sup>50</sup>. Então, o grupo era dividido em subgrupos e cada subgrupo discutia um dos programas. A dinâmica para esse trabalho em subgrupos era livre, estando os consultores da ALMG e os técnicos do Executivo disponíveis a todo o momento para auxiliar no entendimento das ações e na elaboração das sugestões coletivas. Os participantes discutiam entre si o teor dos programas e apresentavam suas sugestões uns para os outros, até que chegassem a acordos sobre quais seriam as sugestões de intervenção. O trabalho dos subgrupos se encerrava com o preenchimento do formulário de sugestões.

Na sequência, os consultores da ALMG transcreviam os dados dos formulários de sugestões para a forma do relatório de trabalho do grupo. Os subgrupos, então, se desfaziam, retornando à forma de grupo mais amplo, e os relatórios eram lidos e projetados em tela para o conhecimento e a aprovação de todos os participantes do grupo.

Encerradas as discussões e geradas as propostas, o grupo, por fim, elegia um relator titular para apresentar as propostas na audiência do dia. A seleção dos representantes era por sugestão e aprovação do grupo. Ao final de cada dia de evento, era realizada uma audiência pública conjunta da Comissão de Participação Popular – CPP – com as comissões temáticas afetas aos temas do eixo, para receber as sugestões dos grupos.

Os dois momentos do processo de conhecimento e priorização dos programas e os trabalhos em grupos foram avaliados pelos participantes. O momento de apresentação e priorização dos programas obteve avaliação positiva, como destaca o Gráfico 7, abaixo, com notas distribuídas por eixos, no qual as notas variam entre 0 a 10, onde mais próximo de 0 significa insatisfação com o formato e mais próximo de 10 significa satisfação.

---

<sup>50</sup>Nesse ano o almoço dos participantes foi custeado pela ALMG, foi fruto de solicitação parlamentar e aprovação da ALMG.

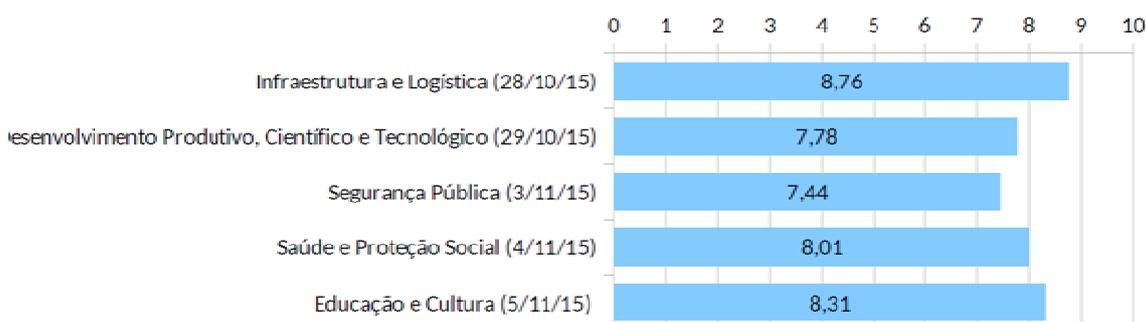
**Gráfico 7 – Notas médias atribuídas pelos participantes ao jogo *Baralho PPAG 2016-2019***



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Resultados das Avaliações dos Participantes sobre o processo de Discussão Participativa do PPAG 2016-2019**. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

A dinâmica de grupos adotada para a construção das sugestões de forma coletiva foi avaliada pelos participantes. A avaliação por tema é descrita no Gráfico 8, abaixo, como positiva, com notas distribuídas por eixos.<sup>51</sup>

**Gráfico 8– Notas médias atribuídas pelos participantes à dinâmica de construção coletiva de**



#### sugestões

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Resultados das Avaliações dos Participantes sobre o processo de Discussão Participativa do PPAG 2016-2019**. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

#### d) Quando? Recorrência e Iteração

O início do evento aberto a sociedade aconteceu dia 26/10/15, com audiências por eixo do PPAG distribuídas nos demais dias<sup>52</sup>. As audiências aconteceram durante a semana, em horário comercial e, assim, como no ano de 2014 não houve articulação com outros eventos participativos da ALMG. O processo é realizado como uma etapa do ciclo de planejamento e incorporou a participação da sociedade. Cada etapa durante a elaboração, execução e monitoramento é importante para uma avaliação contínua do plano e seu desdobramento durante o ano de vigência.

<sup>51</sup>O intervalo de 0 a 10, onde mais próximo de 0 significa insatisfação com o formato, e mais próximo de 10 significa satisfação.

<sup>52</sup>Os dias do evento foram divididos por eixos. Ocorreu um espaçamento no período, devido à ocorrência do feriado no mês de outubro de 2015, sendo assim o evento aconteceu nos dias 28 e 29 de outubro e 3 a 5 de novembro.

O PPAG e a LOA são enviados para apreciação da ALMG até o dia 30 de setembro, quando é então analisado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária – FFO. No processo, a Comissão poderá contar com a participação de dois membros de cada uma das comissões temáticas permanentes com direito a voz e a voto. No final, um relator é designado e deve emitir um parecer no prazo de 60 dias do processo<sup>53</sup>.

O projeto pode receber propostas de todos os Deputados e das Comissões e é nesse período que se iniciam as audiências públicas para acolher as propostas da sociedade.

Encerrado esse processo, o relator deve emitir seu parecer. Após a deliberação e aprovação na comissão, o projeto é apreciado em Plenário em turno único. Logo em seguida as emendas aprovadas devem ser incorporadas à proposição de lei que será enviada ao governador para a sanção.

#### *e) Por Quê? Apostas*

Nesse ano o evento do PPAG também aconteceram durante a semana e em horário comercial.

Como destaca o relatório Resultados das Avaliações dos Participantes sobre o Processo de Discussão Participativa do PPAG 2016-2019, o “público quente” são entidades que participam do processo de forma efetiva. Elas também se mobilizam fortemente para o evento dado o seu interesse (Fung 2004).

A ALMG nesse momento é a via que mediadora que viabiliza que as necessidades da sociedade sejam apresentadas e apreciadas pelo governo.

#### *f) Empoderamento*

O processo dos desdobramentos das PLEs em linhas gerais, resultou no cadastramento de 255 sugestões populares. Após o processamento das sugestões<sup>54</sup>, foram geradas 67 PLEs, das quais duas foram rejeitadas<sup>55</sup> pela CPP, resultando em 65 PLEs. O impacto final foram 94 emendas ao Projeto de Lei do PPAG (2016-2019), 39 emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, uma emenda ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e 158 requerimentos de solicitação de providências ou informações aos órgãos e entidades executores das políticas públicas estaduais. A

---

<sup>53</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Curso Planejamento e Orçamento Público**. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

<sup>54</sup>Análise realizada pela Gerência-Geral de Consultoria Temática da ALMG, em que podem ocorrer aglutinações ou desdobramentos das sugestões populares apresentadas.

<sup>55</sup>Com base em quesitos como: a pertinência à legislação, a adequação com a política, podem ser rejeitas as que não são competência do legislativo ou também por já estarem contempladas em uma ação já prevista no plano.

Tabela 3, a seguir, apresenta o detalhamento dos resultados das PLEs acolhidas e requerimentos gerados. A exposição tem por base o Eixo trabalhado, detalhando as emendas ao PPAG e LOA e os requerimentos apresentados em cada eixo temático e uma soma final dos resultados.

**Tabela 3 – Quantitativo de PLEs acolhidas na forma de emendas ao PPAG, à LOA e de requerimentos, geradas no processo de discussão participativa do PPAG 2016-2019, por eixo**

<b>Eixo</b>	<b>Total de PLEs acolhidas</b>	<b>Emenda ao PPAG</b>	<b>Emenda à LOA</b>	<b>Requerimentos</b>
Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	21	25	19	43
Infraestrutura e Logística	6	5	2	16
Segurança Pública	10	14	4	41
Saúde e Proteção Social	16	27	8	31
Educação e Cultura	12	19	3	24
Programas Especiais	2	4	3	3
<b>TOTAL</b>	<b>67</b>	<b>94</b>	<b>39</b>	<b>158</b>

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019**. Belo Horizonte: ALMG. 2015.

O Gráfico 9, a seguir, ilustra as emendas e requerimentos apresentados por eixo temático. Destaca-se que todos os eixos produziram emendas ao PPAG e à LOA, e geraram requerimentos com pedidos de providências ou informação aos órgãos e entidades.

**Gráfico 9 –Número de emendas ao PPAG, à LOA e Requerimentos por eixo – PPAG 2016-2019**



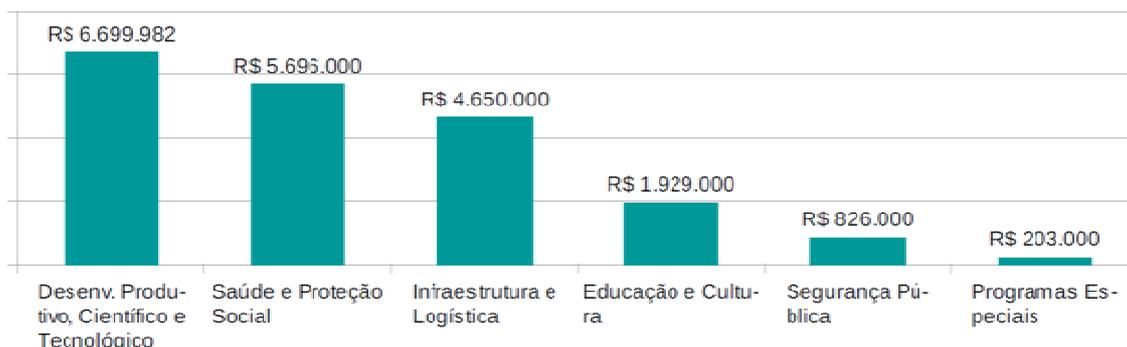
Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019**. Belo Horizonte: ALMG. 2015.

Nota-se que a maior quantidade de PLEs (20) foram geradas no eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico. Essas PLEs geraram a maior quantidade de requerimentos (43) e a maior quantidade de emendas à LOA (19), o que refletiu em maior impacto orçamentário, como destacaremos logo mais na parte destinada aos recursos, além de apresentar uma segunda maior quantidade de emendas ao PPAG (25). O eixo Saúde e Proteção Social gerou o segundo maior número de PLEs (16) e apresentou o maior número de emendas ao PPAG (27), mas com um número relativamente menor de emendas orçamentárias (8) e de requerimentos (31). Já o eixo de Educação e Cultura alcançou o terceiro maior número de PLEs (11) e de emendas ao PPAG (19), apresentando 3 emendas à LOA e 24 requerimentos. O eixo Segurança Pública, por sua vez, gerou 10 PLEs, 14 emendas ao PPAG e 4 à LOA. A quantidade de requerimentos (41) foi a segunda maior. O eixo Infraestrutura e Logística gerou 6 PLEs, com 5 emendas ao PPAG, 2 à LOA e 16 requerimentos. Por fim, os programas especiais geraram 2 PLEs, que resultaram em 4 emendas ao PPAG, 3 emendas à LOA e 3 requerimentos, com pedidos de providências ou informação aos órgãos e entidades.

O montante de recursos mobilizados no processo de discussão do PPAG, no ano de 2015 para o exercício de 2016, foi de “R\$20.003.982 (vinte milhões, três mil, novecentos e oitenta e dois reais), entre recursos para novas ações, remanejamento de recursos entre ações, acréscimos de meta financeira ou especificação de objetos de gasto em ações já previstas”, segundo o Relatório da Participação Popular nas audiências de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – 2016-2019 para o exercício de 2016.

A maior parte desses recursos concentrou-se no eixo Desenvolvimento Produtivo,

Científico e Tecnológico, num total de R\$6,69 milhões (33,49%) dos recursos, seguido do eixo Saúde e Proteção Social mobilizando R\$5,69 milhões (28,27%) do total de recursos disponíveis. Já o eixo Infraestrutura e Logística mobilizou R\$4,65 milhões (23,25%), o eixo Educação e Cultura, por sua vez mobilizou, R\$1,92 milhão (9,64%). Por fim o eixo Segurança Pública mobilizou R\$826.000,00 (4,13%) do total, e os programas especiais mobilizaram R\$203.000,00, ou seja, 1,01% do valor total dos recursos. (Ver Gráfico 10.)



**Gráfico 10 – Recursos mobilizados no processo de discussão do PPAG 2016-2019, por eixo**

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019.** Belo Horizonte: ALMG. 2015.

#### *g) Monitoramento*

Para esse processo foi elaborado um relatório de execução orçamentária das emendas, que foi encaminhado bimestralmente por *e-mail* aos participantes dos grupos, autores das sugestões. Por meio dele os participantes puderam visualizar as alterações e execuções do ano anterior e utilizar como base para pautar e apresentar novas propostas ao plano na discussão participativa para o exercício de 2017.

### **3.3 Discussão participativa do PPAG 2016-2019, para o Exercício de 2017**

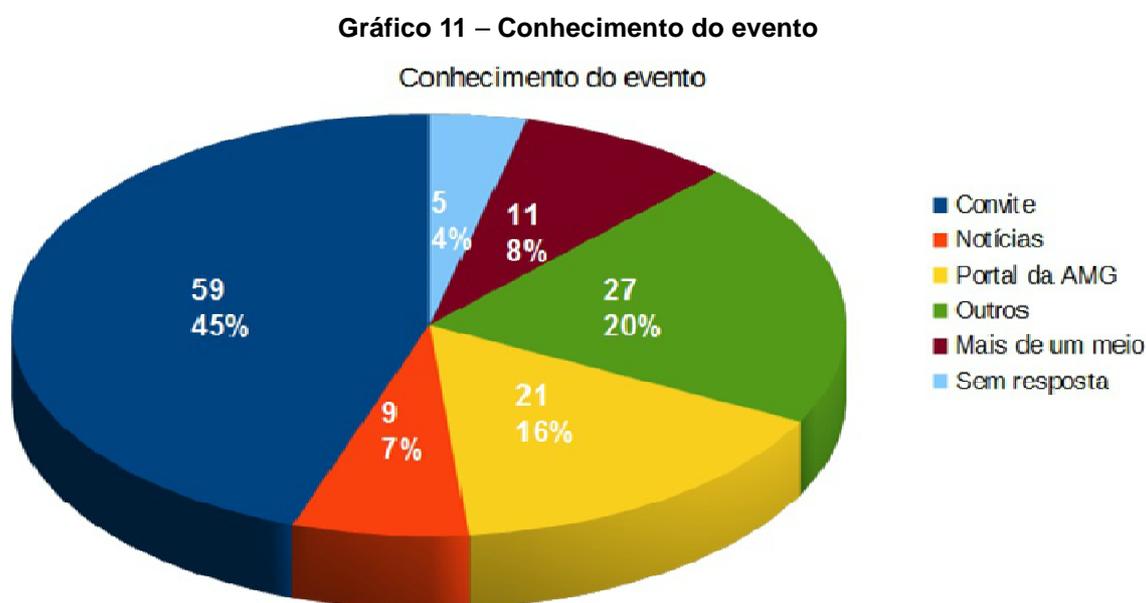
No ano de 2016, o desenho para revisão do PPAG foi repensado, visto que, no ano anterior, o objetivo da dinâmica era proporcionar aos participantes o conhecimento da atualização do PPAG. Para esse processo foi desenvolvido um desenho que visava facilitar a discussão e a elaboração coletiva de propostas de intervenção no plano.

Em 2016, como no ano anterior, o PPAG foi dividido por eixo temático que se subdividiam em temas específicos para facilitar a discussão entre os participantes.

#### *a) Quem? Seleção e Recrutamento dos Participantes*

Segundo dados fornecidos pelo Relatório Final de Inscrição e Participação, elaborado pela Gerência de Relações Institucionais – GRI –, da ALMG, 749 pessoas se inscreveram para participar do evento, sendo que 551 (74%) estiveram presente. A inscrição para participação no evento se deu por meio do *síte* da ALMG ou presencialmente nos dias do evento<sup>56</sup>.

O formulário sobre a inscrição e participação no evento foi respondido por 132 participantes do processo, e retrata que a maior parte dos participantes teve conhecimento do evento via “convite” 59 (45%). A opção “outros” foi marcada por 27 (20%) dos respondentes, seguida da opção “Portal da ALMG” 21 (16%). Dos respondentes, 11 (8%) souberam por “Mais de um meio”, e nove (7%) por meio de “Notícias” e apenas cinco (4%) não assinalaram nenhuma resposta. (Ver Gráfico 11.)



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o exercício de 2017**. Belo Horizonte: ALMG, 2016.

Nessa discussão os eixos temáticos que contaram com maior número de participantes foram: Saúde e Proteção Social, com o número de 155; seguido do eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico, com 148 presentes; o eixo Segurança Pública, com o total de 134; o eixo Educação e Cultura, com 108; e, por último, o eixo de Infraestrutura e Logística, com 43 presentes segundo o Relatório<sup>57</sup>.

<sup>56</sup>No ano de 2016 durante a divulgação do evento, afirmou-se que as inscrições deveriam ser feitas apenas pela internet, isto aconteceu tomando-se como exemplo a lotação dos espaços destinados no ano anterior. Por isso, as vagas foram limitadas à capacidade dos espaços. Assim que as vagas se esgotaram, algumas pessoas interessadas em participar do evento entravam em contato com a ALMG no sentido de saber da possibilidade de ampliação das vagas e foram orientadas a comparecer nos dias de evento para ocupar as vagas de eventuais desistentes.

<sup>57</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas**

O Gráfico 12, abaixo, retrata o perfil das instituições/entidades participantes do PPAG. Observa-se uma maior participação de representantes de entidades parceiras na oferta de serviços públicos, seguido das Instâncias e associações de defesa de direitos; como segundo maior grupo, essa ilustração quantitativa destaca o público participante do processo.

**Gráfico 12 – Perfil das instituições/entidades participantes do processo de discussão do Projeto de Lei do PPAG 2016-2019, por categorias\***



Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. Gerência de Relações Institucionais. **Relatório Final de Inscrição e Participação**. Belo Horizonte: ALMG, 2016.

Nota: \* Excluídas 40 instituições estaduais gestoras de políticas públicas, que participaram com objetivo de fornecer informações e não de proponentes.

Esses dados demonstram que os participantes das discussões são públicos quentes, diretamente relacionados à execução de políticas públicas estaduais.

#### *b) O que? Tema e Escopo da Deliberação*

Como no ano de 2015, o tema de discussão nesse formato foi subdividido entre os eixos temáticos: Segurança Pública; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Educação e Cultura; Saúde e Proteção Social; Infraestrutura e Logística e Programas Especiais.

Diferentemente do ano anterior, em 2016, os participantes puderam realizar inscrição não apenas para o Eixo de Desenvolvimento, mas também especificamente para um tema. Os temas abordados foram: Infraestrutura das Polícias Ostensiva, Judiciária e Defesa Civil; Prevenção ao Crime e Justiça Criminal; Sistema Socioeducativo

e Prisional; Desenvolvimento Econômico; Turismo; Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Meio Ambiente; Agropecuária e Desenvolvimento e Agrário, Cultura; Educação; Direitos Humanos; Assistência Social e Segurança Alimentar; Saúde Pública; Esportes; Trabalho, Emprego e Renda; Municípios e Desenvolvimento Regional – Habitação; Energia e Saneamento Básico; Transporte e Trânsito.

Os temas eram apresentados dentro de cada eixo temático e o material de apoio disponibilizado trazia as informações sobre os eixos. O material era composto de: guia de eixos com os programas agrupados por tema; extrato do PPAG, por eixo com os programas e ações; boletim de monitoramento, com os desdobramentos do programa e da ação; e um mapa de conceitos para facilitar a localização das informações no material.

### *c) Como? O Modo Deliberativo*

O desenho para a revisão do PPAG no ano de 2016 sofreu reformulações, com o objetivo de facilitar a discussão e elaboração de proposta pelos participantes, desenvolveu-se uma dinâmica buscando propiciar oportunidades de diálogo entre os participantes.

Diferentemente do ano anterior, em 2016, inicialmente os participantes já foram recebidos em salas específicas, conforme o tema escolhido na inscrição. A dinâmica consistiu em duas partes, sendo o turno da manhã dedicado principalmente a questões ligadas ao monitoramento do PPAG, referentes ao tema escolhido pelo participante. No turno da tarde realizaram-se atividades ligadas ao trabalho temático em grupos.

Pela manhã, inicialmente ocorria uma exposição, por parte dos técnicos do Executivo sobre a situação fiscal do Estado, sobre o monitoramento da política pública afeta ao tema, em 2016, e sobre a execução das emendas relativas às sugestões do processo participativo de 2015, além da apresentação do PPAG para o exercício de 2017. Aos participantes era facultado a exposição de perguntas e o debate com os expositores sobre o tema da política pública.

A cada participante do evento foi oferecido material de apoio, contendo guia de programas por eixo temático; mapa de conceitos relacionados ao PPAG; extrato do PPAG, referente ao tema a ser trabalhado naquele dia; e os boletins de monitoramento das PLEs aprovadas no ano anterior sobre o tema em questão, com a descrição dos desdobramentos do processo anterior. A avaliação realizada pelos participantes a respeito do material disponibilizado consta-se do Anexo E.

Os trabalhos em grupo eram realizados na parte da tarde. Para aplicação dessa metodologia foram disponibilizados cartolinas e pincéis aos participantes, que, sob

orientação do aplicador da dinâmica, individualmente e tomando por base as informações e matérias do tema, registraram em uma ficha, utilizando uma palavra-chave e/ou expressão, o aspecto que consideraram essencial sobre a política pública do tema escolhido, para ser tratado no PPAG. Decorridos dez minutos, os participantes apresentavam sua palavra-chave e/ou expressão e argumentavam sobre a importância do que foi proposto por ele. Destinou-se um minuto por participante para realizar a exposição. À medida que os participantes foram apresentando a palavra-chave registrada nas fichas, elas foram sendo afixadas e organizadas no quadro por grupos de afinidade de temas, para a visualização dos presentes. Os servidores da ALMG, na tarefa de facilitadores do processo, deveriam manter-se abertos às ideias e atentos para que todas as políticas fossem contempladas. Após essa construção, os consultores envolvidos no processo analisavam o conteúdo das fichas, revisavam a organização das fichas por afinidade temática/programática e dividiam a sala em subgrupos por convergência de interesses.

O momento seguinte foi destinado à discussão e à elaboração das propostas feitas em subgrupos. Nessa etapa, os consultores da ALMG e os técnicos do Poder Executivo auxiliavam os participantes, sanando possíveis dúvidas e na elaboração das propostas. Em cada subgrupo, estabeleceu-se um relator, com a função de registrar a formulação das propostas deliberadas pelo grupo nos formulários de sugestões. Concluída essa fase, os subgrupos deveriam apresentar para os demais as propostas elaboradas, buscando sua validação.

O grande grupo, por fim, elege um relator titular para representar as propostas na audiência do dia e, posteriormente, na Audiência final, realizada no último dia do evento.

Na audiência final, cada relator titular apresentou o relatório de seu grupo de trabalho para a CPP, para os representantes do Poder Executivo e para os demais participantes do processo. Assim, as sugestões populares foram oficialmente recebidas pela Comissão.

Em relação a essa dinâmica, os momentos de apresentação do monitoramento e revisão do PPAG e o trabalho em grupos foram avaliados pelos participantes do evento, e os resultados, constam em relatório elaborado pela Gerência de Relações Públicas e Cerimonial<sup>58</sup>, com notas de 0 a 10, onde 0 significaria insatisfação e 10 satisfação. O primeiro momento de monitoramento e revisão do PPAG foi avaliado com média 8,16. (Ver Gráfico 13.)

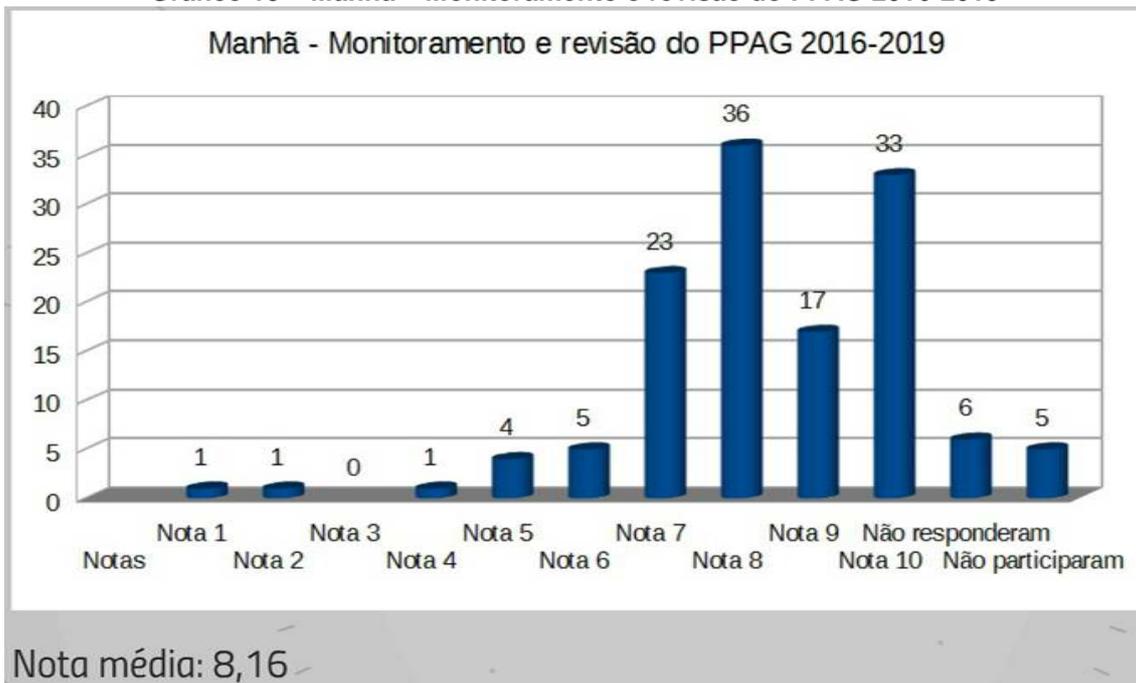
---

<sup>58</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Avaliação Quantitativa das dinâmicas de discussão do PPAG 2016-2019 – Revisão para 2017**. Belo Horizonte: ALMG, 2016.

Gráfico 13 – Manhã – Monitoramento e revisão do PPAG 2016-2019

Fon-  
MI-  
GE-

te:  
NAS



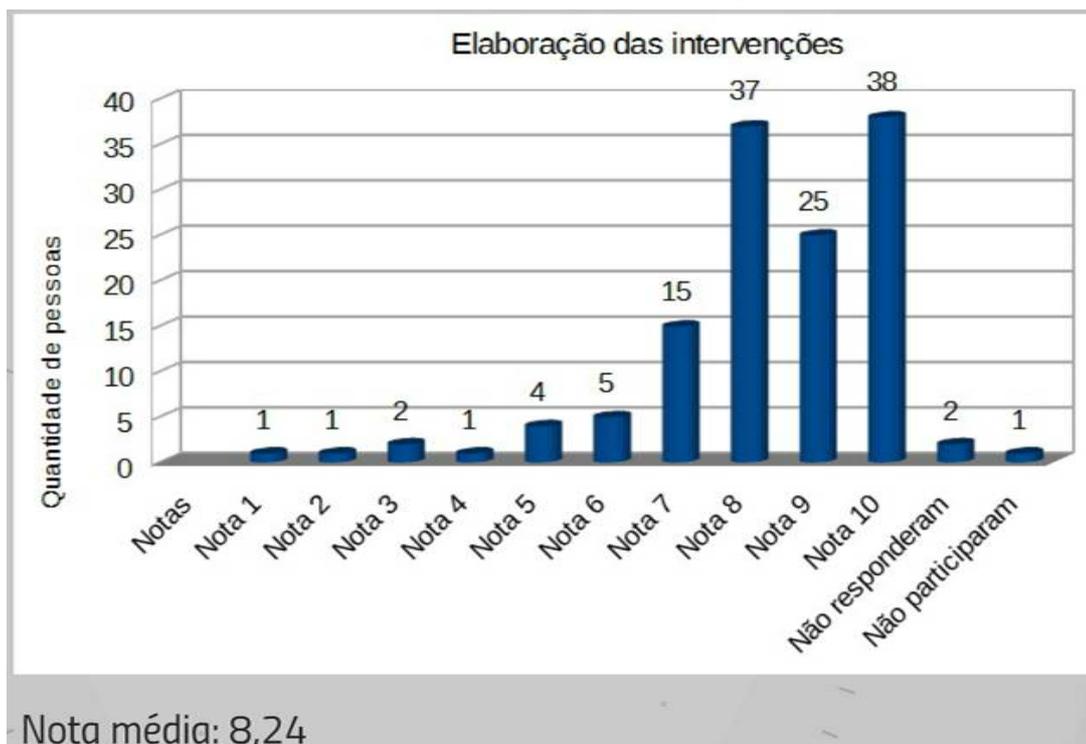
RAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Avaliação Quantitativa das dinâmicas de discussão do PPAG 2016-2019 – Revisão para 2017**. Belo Horizonte: ALMG, 2016.

Nota: Gráfico originalmente publicado sem título.

A dinâmica de grupo adotado e desenvolvida no período da tarde foi avaliada pelos participantes como positiva. O Gráfico 14, a seguir, ilustra a média de notas de 8,24.

Gráfico 14 – Elaboração das intervenções

Fonte:  
NAS  
RAIS.  
sembleia  
gislativa.  
toria de  
cesso  
gislativo.  
rência-  
ral de  
lações  
blicas e  
rimoni-



MI-  
GE-  
As-  
Le-  
Dire-  
Pro-  
Le-  
Ge-  
Ge-  
Re-  
Pú-  
Ce-

al. Avaliação Quantitativa das dinâmicas de discussão do PPAG 2016-2019 – Revisão para 2017. Belo Horizonte: ALMG, 2016.  
Nota: Gráfico originalmente publicado sem título.

#### d) Quando? Recorrência e Interação

A discussão do PPAG, no ano de 2016, ocorreu em cinco dias de evento (7/11/16 a 11/11/16), de segunda a sexta-feira em horário comercial. As apresentações e discussões tiveram início pela manhã e foram concluídos ao final de cada dia. A lógica adotada foi a de divisão por eixos e temas de discussão.

#### e) Por Quê? Apostas

Na revisão do PPAG, realizada no ano de 2016, destacou-se a situação financeira do Estado e o resultado das priorizações das propostas, resultado do evento do ano anterior, em 2015. O objetivo da dinâmica foi o de trabalhar em grupo para a produção de propostas que incidiriam no planejamento. As instituições e entidades foram o público “quente” do processo, pois representam demandas e interesses da sociedade, segundo as características proposta por Fung (2004). A participação no processo do planejamento é motivada pela possibilidade de otimizar a distribuição dos recursos e, com isso, poder contemplar as demandas da sociedade. A participação também tem por objetivos garantir a democracia, promover a inclusão da sociedade no processo, aproximar as realidades do contexto da política e, assim, promover alterações efetivas.

#### f) Empoderamento

O processo de revisão do PPAG resultou no cadastramento de 230 sugestões populares, sendo que dessas, foram geradas e apreciadas 68 PLEs, das quais uma foi rejeitada. Assim, o número final foi de 67 PLEs. Essas Propostas de Ação Legislativa resultaram em 77 emendas ao PPAG (2016-2019), 37 emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) e 142 requerimentos, com pedidos de providências ou informação aos órgãos e entidades.

A Tabela 4a seguir, organiza, por Eixo Temático, o total de PLEs acolhidas, as que resultaram em emendas ao PPAG e à LOA e o quantitativo dos requerimentos. O valor total do processo descreve o resultado do evento.

**Tabela 4 – Resultados quantitativos das PLEs – emendas ao PPAG, à LOA e Requerimentos gerados por eixo — PPAG 2016-2019, para o exercício 2017**

Eixo	Total de PLEs acolhidas	Emenda ao PPAG	Emenda à LOA	Requerimentos
Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	19	22	13	43
Infraestrutura e Logística	4	3	4	7
Segurança Pública	12	5	3	31
Saúde e Proteção Social	17	15	10	37
Educação e Cultura	13	28	5	23
Eixo Governo	1*	3	1	0
Programas Especiais	2**	1	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>68</b>	<b>77</b>	<b>37</b>	<b>142</b>

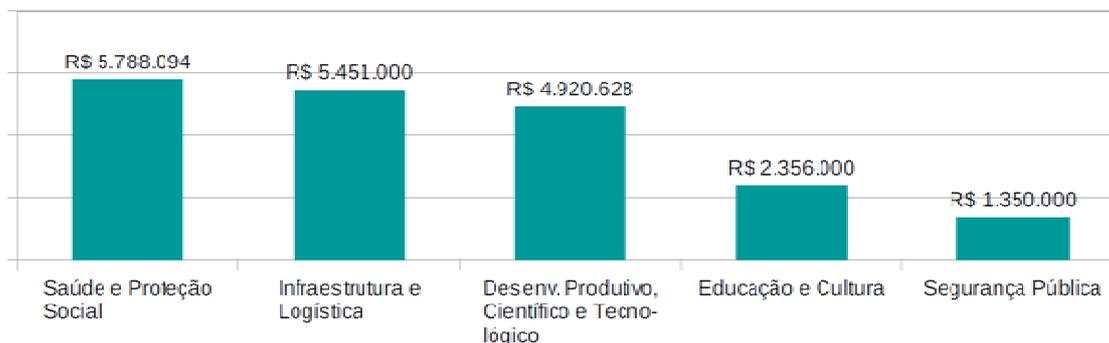
MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o exercício de 2017**. Belo Horizonte: ALMG, 2016.

Notas: (1) \* a PLE do eixo governo foi discutida no eixo Saúde e Proteção Social, pois tratava-se do tema Segurança Alimentar.

(2) \*\* As duas PLEs que incidiram em Programas Especiais tratavam dos temas Segurança Pública.

Nesse processo, o total de recursos mobilizados foi de R\$ 19.865.722,00 (dezenove milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais). Desse total, o eixo de Saúde e Proteção Social mobilizou R\$5,7 milhões (29,13%), seguido do eixo Infraestrutura e Logística, com um valor de R\$5,45 milhões (27,4%). O eixo Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico mobilizou R\$4,92 (24,7%do total). Já o eixo Educação e Cultura mobilizou apenas R\$2,3 milhões (11,85%) dos recursos. Por fim, o eixo de Segurança Pública mobilizou R\$1,35 milhão (6,79%) do valor total dos recursos mobilizados para o PPAG 2016-2019. O Gráfico 15, a seguir, ilustra o montante mobilizado por eixo.

**Gráfico 15 – Recursos mobilizados no processo de discussão do PPAG 2016-2019, para o Exercício 2017, por eixo**



MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o exercício de 2017**. Belo Horizonte: ALMG, 2016.

#### *g) Monitoramento*

É intenção da Assembleia Legislativa disponibilizar, por meio do *Site* de Políticas Públicas ao seu Alcance, os boletins de monitoramento das PLEs, oriundas do processo participativo de revisão do PPAG 2016, para o exercício de 2017. No entanto, em função de atrasos no envio das bases de dados da execução orçamentária, por parte do Poder Executivo, os boletins tiveram sua elaboração postergada e, até junho de 2017, ainda não tinham sido publicizados no *Site*.

### **3.4 Impactos dos desenhos sobre: a inclusão política, participação e sua efetividade**

Segundo Fung (2004), a constituição de minipúblicos pode ser benéfica para a sociedade, para a vocalização de suas demandas, além de proporcionar ao representante maior conhecimento para a formulação de políticas públicas. Partindo do princípio de que o foco dos eventos do PPAG é a incorporação da sociedade no processo de formulação, acompanhamento e construção de políticas públicas, subentende-se a necessidade de seu efetivo engajamento. De acordo com Fung (2004), é necessário enxergar a importância dos minipúblicos no processo, porque *“embora pequenos, eles estão entre os atuais esforços construtivos mais promissores para o engajamento cívico e a deliberação pública na política contemporânea”* (FUNG, 2004, p. 174.)

Mendonça (2013) analisa os experimentos participativos e aponta as potencialidades e os riscos de cada desenho, comparando as práticas participativas no Brasil e no mundo, com base em sete aspectos:

- 1) o empoderamento das experiências construídas no país;
- 2) a ausência do sorteio como método de seleção de participantes;
- 3) a negligência frequente em relação a critérios fomentadores de inclusividade;

- 4) o uso relativamente reduzido de TICS;
- 5) a natureza continuada dos processos brasileiros;
- 6) a dimensão agregativa da maioria das experiências nacionais; e
- 7) a preocupação com a discussão participativa de regras.

Para Mendonça (2013, p. 31) *“Articular participação e deliberação parece ser um dos grandes desafios da teoria democrática contemporânea”*. Dito isso, a forma de seleção dos participantes tem se mostrado um desafio para a ALMG, pois existe a preocupação em contemplar a representação dos territórios do Estado de Minas Gerais. Mendonça (2013) chama a atenção para o método de seleção de participantes no Brasil que acontecem num formato diferente dos demais no mundo, ou seja, de forma “vultosa (autosseleção voluntária) ou do tipo restrito de representação, em que entidades da sociedade civil são tomadas como porta-vozes de interesses mais amplos” (MENDONÇA, 2013, p.29).

Em relação à revisão do PPAG, no período analisado, o processo que alcançou número maior de participantes foi o realizado no ano de 2015. Ressalta-se que o destaque no alcance dos públicos, advém da mobilização realizada pelos órgãos e entidades do Poder Executivo. Sendo que o público presente nos eventos é composto majoritariamente por representantes de instituições e entidades, o que aponta a forma como a ALMG desenha seus processos. Sabe-se que a ALMG precisa aprimorar e ampliar o escopo da divulgação e das formas de convite para o evento, no entanto, há um ponto delicado do processo, que diz respeito à carência de corpo técnico para atendimento a um número muito grande de participantes, para auxiliar no processo de forma igualitária e proporcional, além de outro desafio que é o da falta de espaço físico suficiente e adequado para alojar os participantes e os grupos de trabalho.

No que diz respeito ao processo de mobilização, há uma carência de dados compilados sobre as formas de convite utilizadas pela Casa, sobre a efetividade no alcance do público e o perfil dos participantes.

Fung (2004) chama a atenção para o cuidado que se deve ter com o *Viés da Participação*. Ele aponta questões como: qual é o perfil dos convidados e dos presentes? Eles são convidados igualmente? Segundo o autor, uma maneira de reduzir um possível desnível é concentrar os esforços de alcance e recrutamento em comunidades em desvantagem e, assim, criar incentivos estruturais. Sabe-se que o número de participantes é importante para o processo, mas deve-se levar em consideração que a lotação dos espaços sem a devida infraestrutura, limita a qualidade da participação.

Destaca-se que a incorporação no processo do “cidadão ordinário” é algo complexo,

dado que, demanda tempo e gera gastos para os interessados, além do fato de os eventos ligados à revisão do PPAG serem realizados em dias úteis e em horário comercial. Mendonça (2013) destaca um aspecto que evidencia diferença estrutural, no que diz respeito à inclusividade, já que as práticas brasileiras são apontadas como as menos inclusivas, dado que costumam acontecer em dias e horários que dificultam a participação do cidadão comum, além do fato de não serem custeadas.

Outro ponto a se considerado diz respeito à participação dos parlamentares nesse processo<sup>59</sup>. Em 2014, 16 parlamentares participaram do processo como um todo, esse número equivale a 21% do corpo de parlamentares.<sup>60</sup> Nesse ano o desenho da discussão acontecia no interior das comissões permanentes. Um fator a ser levado em consideração é o total de dez audiências públicas realizadas, o que facilitava a presença do deputado, diante da possibilidade de compatibilização dos horários.

Em 2015, 12 parlamentares participaram do processo como um todo (6 eventos), o que equivale a 16% dos parlamentares. Devido ao redesenho da dinâmica. Nesse ano, aconteceu um menor volume de audiências públicas.

Já no ano de 2016, apenas 4 parlamentares participaram das audiências de abertura e de encerramento<sup>61</sup>, o que representou 5% dos parlamentares. Além da ocorrência de apenas duas audiências públicas. Uma outra razão indica que a queda da participação dos parlamentares no processo pode ser o fato da realização simultânea de audiências públicas na Casa, inclusive na Comissão de Participação Popular – CPP.

Os parlamentares membros da CPP, em destaque o presidente da comissão, têm maior presença no evento, dado a sua responsabilidade legal no processo. O envolvimento dos demais deputados é baixo, já que a presença se restringe à participação na Comissão, sem um posterior envolvimento nas questões ligadas ao acompanhamento.

O estilo da discussão é o aspecto que define as regras da participação e determina o grau em que o desenho é capaz de gerar inclusão e de promover deliberação. Ressalta-se que os cursos oferecidos, as palestras e debates promovidos pela ALMG em torno das questões e os materiais disponibilizados são importantes para somar qualidade às discussões.

Como destacado anteriormente, a teoria deliberativa pontua o diálogo entre os ci-

---

<sup>59</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Agenda. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.)

<sup>60</sup>Atualmente a ALMG é composta por 77 deputados, eleitos para um mandato de quatro anos (período que é conhecido como legislatura).

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Deputados. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.)

<sup>61</sup>Nos anos de 2015 e 2016 não houve contabilização de presença de deputados nos grupos de trabalho.

dadãos e seus representantes como sendo determinante para a qualidade da democracia. O formato adotado em 2014, onde o acolhimento das propostas foi realizado de maneira individualizada, era um desenho que não visava promover a deliberação entre os participantes, já que priorizava o acolhimento de sugestões. O formato que inclui a possibilidade de acolhimento de sugestões por meio do *site* da ALMG possui aspecto positivo para produzir participação e inclusão. Embora haja avanços no uso e implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação – TICs – nas práticas participativas no Brasil, “*ainda são raras as práticas participativas que fazem um uso mais intensivo de TICs*” (MENDONÇA, 2013, p. 29-30). O desenho da prática participativa, específico do ano de 2014, objetivava o uso de ferramenta *online* para alcançar participantes no interior do Estado, sendo que a pretensão foi frustrada, como consta no *Site* da ALMG <sup>62</sup> sobre o perfil e localidade dos proponentes.

Mendonça (2013) discorre sobre outro aspecto que diferencia as práticas participativas no Brasil, que refere-se à condução das discussões, segundo o autor, elas “*costumam operar com a ideia da criação de acordos em um cenário plural em que, basicamente, formulam-se propostas, realizam-se destaques e votam-se decisões práticas no Brasil.*” (MENDONÇA, 2013, p.30). O autor ressalta que o formato de discussões em grupos conduzidos por moderadores é raro nas práticas participativas, porém o redesenho do evento de discussão do PPAG para o ano de 2015, inseriu no processo a formação de grupos de trabalho, o que promoveu a troca de informações para a deliberação, elevando a qualidade à discussão. Os grupos de trabalho proporcionam legitimidade ao processo e qualidade na tomada coletiva de decisões.

Já o formato de revisão adotado no ano de 2016 buscou, por meio da utilização de servidores da ALMG no papel de facilitadores nos grupos de trabalho, dar voz às demandas e incorporá-las na discussão, compartilhando responsabilidades e legitimando a tomada de decisões. Fung (2014) afirma que o processo de inclusão e de nivelamento da participação busca garantir um espaço onde escutar é primordial “*as esferas públicas devem ser construídas de forma que, primeiro e acima de tudo, permitam que aqueles sem voz e vontade encontrem-na e formem-na.*” (FUNG, 2004, p.180.)

No que diz respeito ao aspecto deliberativo desenvolvido no interior dos grupos de trabalho, em 2015, todos os temas do eixo foram apresentados em palestra única e, posteriormente, o participante escolhia qual tema discutir. Já, em 2016, os participantes inicialmente, no ato da inscrição, fizeram a escolha do tema de interesse e foram

---

<sup>62</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Consulta Pública. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.)

direcionados, ao local onde haveria a apresentação focada no tema, resultando em otimização do tempo e apresentação de informações específicas.

Além desses avanços, destaca-se a qualidade dos materiais de apoio produzidos, que passaram a ser disponibilizados no formato de discussão adotado no ano de 2015, que auxiliaram a compreensão do processo. E, no ano de 2016, houve a produção do boletim de monitoramento, que demonstra o esforço da Casa em tornar o processo mais acessível para o cidadão, por meio do fornecimento de informações referentes às políticas públicas estaduais.

Outras características do processo são determinantes para gerar incentivo para a participação, visto que além da qualidade de mobilização desses públicos, seu empoderamento é fundamental para combater o obstáculo da apatia e da indisposição em participar. A *pseudoparticipação*, segundo Pateman (1992), é responsável por provocar o sentimento de ineficácia e de deslegitimação do processo.

Ressalta-se que a totalidade das sugestões populares recebidas no evento são cadastradas no sistema de gerenciamento de informações da ALMG, denominado Sistema de Propostas Populares – SPP –, para posterior análise dos consultores da Casa. O primeiro aspecto analisado por Mendonça (2003) em seu estudo sobre a participação trata-se do empoderamento:

No caso do Brasil, contudo, nota-se que a maioria das práticas está ligada, desde sua origem, ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo, o que aumenta as chances de intervenção destas. Em alguns casos, há uma verdadeira delegação do poder de decisão aos participantes, sendo que suas orientações devem ser cumpridas sob pena da lei. (MENDONÇA, 2013, p. 29.)

Segundo o autor a delegação de poder aos participantes legitima o processo. Os desenhos adotados nos anos de 2015 e 2016, diferentemente do ano de 2014, onde somente os consultores do Legislativo auxiliavam os participantes na elaboração de sugestões, proporcionaram a parceria entre o Poder Executivo e o Legislativo, auxiliando a melhoria no processo, sendo que o alinhamento entre os Poderes enriquece o processo de participação popular e seus desdobramentos.

Destaca-se o fato de que a quantidade de sugestões apresentadas nos últimos três anos possui média semelhante. Apesar de no ano de 2014 terem sido acolhidas o maior número (125) de sugestões, seu desdobramento no processo foi menor que nos anos de 2015 e 2016, ou seja, apresentou menor número de emendas ao PPAG<sup>63</sup>, o número de

---

<sup>63</sup>Emendas ao PPAG: em 2014, 47 emendas; em 2015, 94 emendas; e em 2016: 77 emendas.

requerimentos no ano de 2014 foi inferior se comparado aos demais anos<sup>64</sup>, e as emendas a LOA tiveram médias aproximadas nos três anos. Nota-se também que o número de participantes não impactou diretamente na quantidade de sugestões recebidas, visto que, o número de participantes foi maior em 2015, o que não alterou o quantitativo de sugestões.

No que diz respeito ao impacto orçamentário, o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA)<sup>65</sup> que estima a receita e fixa as despesas do Estado é encaminhada com o projeto de lei do PPAG ao Legislativo. O desenho adotado não está vinculado ao montante global do orçamento do governo. A definição do orçamento investido em cada ano, no evento do PPAG, é fruto de informações técnicas e de decisões políticas que ocorrem no processo de negociação. Os agentes públicos envolvidos no processo são os deputados, o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão, técnicos do Poder Executivo e consultores do Legislativo.

A fase de monitoramento é o momento mais informativo dos eventos do PPAG, que é quando são apresentados os resultados das execuções orçamentárias. Assim sendo, é preciso desenvolver mecanismos de acompanhamento das propostas e incentivar a sociedade nesse sentido, uma vez que, o monitoramento busca assegurar a responsabilidade dos representantes e garantir a transparência dos dados e das informações.

Em 2007, a ALMG, criou em sua página na Internet um espaço para a publicação de informações sobre Planejamento e Orçamento Público<sup>66</sup>, desde então, as publicações ocorrem anualmente, de modo a cumprir o princípio da publicidade aplicado aos Poderes do Estado e garantido no art. 37 da Constituição Federal (BRASIL, 1988.) (ANEXO D).

O caráter interativo permeia o PPAG nas etapas de sua formulação, revisão, execução e monitoramento. Essas etapas se complementam e desdobram-se no decorrer do ano, devendo ser acompanhados pela sociedade, a fim de garantir que suas demandas sejam contempladas.

o caráter de interação das experiências brasileiras que, de um modo geral, tendem a apostar em processos continuados que não se configuram como experiências únicas. A grande maioria dos minipúblicos internacionais apresentados tem uma natureza mais delimitada, enquanto as experiências brasileiras são mais prolongadas, atravessando obliquamente processos de construção, execução e fiscalização de políticas públicas. Aí reside a complexidade da ideia de controle social. (MENDONÇA, 2013, p.30.)

---

<sup>64</sup>Requerimentos: em 2014, 139 requerimentos; em 2015, 158 requerimentos; e em 2016: 142 requerimentos.

<sup>65</sup>MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. (SEPLAG). Lei Orçamentária Anual. In: \_\_\_\_\_. **Site**.

<sup>66</sup>MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. PL 1615 de 2007. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**. (Portal.)

O último aspecto pontuado por Mendonça (2013) em relação à presença dos “participantes” refere-se ao momento em que se discutem as regras que determinam o desenho. Em suma, o formato adotado em 2014 promoveu uma inovação disponibilizando *on line* um espaço para acolhimento de sugestões, com vista, a alcançar cidadãos das cidades no interior do Estado. Nesse ano, o maior número de audiências realizadas foi positivo para promover a participação dos parlamentares. Já em 2015, o redesenho do processo teve como objetivo apresentar os programas e ações do PPAG de forma lúdica, através de materiais com conteúdo explicativo e de uma apresentação dos programas por meio de "cartas" com descrição sucinta, promovendo assim a redução da assimetria de informação sobre o PPAG, o que viabilizou uma construção coletiva através da deliberação nos grupos.

No ano de 2016 é perceptível um desenho que buscava contemplar o que para os participantes eram essencial na construção de uma política pública, assim de acordo com o tema de interesse escolhido previamente os grupos através do diálogo produziram sugestões.

Percebe-se que em todos os três anos de revisão do PPAG analisado, os desenhos esboçados pela ALMG buscaram aprimorar os meios para a participação da sociedade e ampliar o espaço para deliberação, nesse sentido, as mudanças buscaram promover o aprimoramento do evento, de modo que alcance os participantes potenciais.

## 4 CONCLUSÃO

Diante da relevância do processo que se reveste o processo de revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental para o fomento da participação, deliberação e controle social, ressalta-se a influência da área de gestão pública para um planejamento governamental bem fundamentado. A ALMG no cumprimento de suas funções de representação, legislação e fiscalização, deve ser capaz de promover a cidadania, considerando que *“não apenas as casas legislativas devem ser instâncias deliberativas, como o que nelas se delibera deve ecoar e reverberar, da melhor forma possível, os processos de deliberação em curso nas instâncias de participação política. (ANASTASIA, 2002, p. 36.)*

O objetivo deste trabalho foi o de analisar os desenhos do processo do PPAG no Estado de Minas Gerais, com base nas características de construção e avaliação do desenho institucional propostas por Fung (2004). Os elementos sugeridos por ele alicerçam nossa análise: seleção de participantes, tema e escopo da deliberação, o processo deliberativo, a recorrência, as apostas envolvidas, empoderamento e o monitoramento, considerados relevantes na garantia da qualidade e efetividade no processo deliberativo.

O intuito fundamental do evento de revisão do PPAG é o de gerar propostas de ação legislativa, emendas ao PPAG e à LOA, requerimentos com pedidos de informações e de providências encaminhados a órgãos e entidades do Poder Executivo, além de envolver os participantes no processo contínuo de monitoramento e participação. Evidencia-se que o investimento em internalização da participação implica em pensar formas menos burocratizadas do processo e dos fatores restritivos à realização do evento, como a falta de infraestrutura dos locais, que limitam o número de participantes, os dias e horários dos eventos, a limitação do tempo disponível, o tamanho dos grupos, a complexidade do tema e a dificuldade do público em compreender o processo e seus possíveis resultados. Todos esses fatores são capazes de definir a quantidade de participantes, a qualidade da deliberação, o perfil dos envolvidos e, conseqüentemente, os resultados. Nos anos analisados do processo, a mobilização e o alcance dos diferentes públicos, não mostram evolução desse aspecto, visto que, a entidades e instituições parceiras da ALMG, constituem o público predominante. Porém, é evidente que o redesenho e a incorporação dos grupos de trabalho nos anos de 2015 e 2016 trouxeram impactos positivos na promoção da deliberação e na construção das sugestões para o plano. O formato de sugestões *online*, utilizado no ano de 2014, não alcançou o objetivo de incorporar os potenciais participantes do interior do Estado, a despeito do grande

potencial de mobilização da ferramenta para a participação.

A construção e desenvolvimento dos desenhos são marcados por um aperfeiçoamento contínuo, que visa tornar o processo cada vez mais participativo e democrático.

Por fim, os eventos institucionais promovidos pela ALMG mobilizam diversos setores da Casa, que formulam, credenciam, sistematizam os conteúdos, promovem a divulgação e fornecem assessoramento técnico aos participantes. Toda essa mobilização transformou o perfil do Legislativo em Minas Gerais. Os mecanismos utilizados para incorporar a sociedade e institucionalizar a participação da população demonstram o interesse da ALMG em valorizar a presença do cidadão nas práticas da Casa, o que, em alguma medida, é capaz de promover a democracia.

## REFERÊNCIAS

ANASTASIA, Fátima; INÁCIO, Magna. Democracia, Poder Legislativo, interesses e capacidades. **Cadernos Aslegis**, v. 40, p. 33-54, 2011.

ANASTASIA, Fátima. Transformando o legislativo: a experiência da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. *In*: SANTOS, Fabiano Guilherme Mendes. **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 23-83.

AVRITZER L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. *In*: SANTOS, B. S. (Organizador.) **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2002.

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Democracia, participação e instituições híbridas: teoria e sociedade. **Revista dos Departamentos de Ciência Política e de Sociologia e Antropologia da UFMG**. Belo Horizonte, número especial, maio de 2005. (Instituições híbridas e participação no Brasil e na França.)

AVRITZER, Leonardo; PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. Democracia, participação e instituições híbridas. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte: UFMG, número especial, mar. 2005.

BORBA, Julian. Participação política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, Brasília. Mai/Ago. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Belo Horizonte: Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoFederal.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

CUNHA, Eleonora Schettini M., THEODORO, Hildelano Delanusse. **Desenho Institucional, Democracia e Participação**: conexões teóricas e possibilidades analíticas. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2014.

DAHL, Robert A. **Sobre a democracia**. Tradução de Bcatriz Sidou. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

DAHL, Robert A. **Poliarquia**: Participação e Oposição. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FUNG, Archon. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. *In*: COELHO, Vera Schattan; NOBRE, Marcos. **Participação e deliberação**: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público**. 14ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MAGALHÃES, Maria Regina Alvares. A Comissão de Participação Popular da ALMG: partilhamento de processos deliberativos entre a sociedade civil e o parlamento. *In*: **Legística: Qualidade da Lei e Desenvolvimento**. Belo Horizonte: ALMG, 2009.

MAGALHÃES, Maria Regina Alvares. **A participação popular no Legislativo Mineiro da CE/89 à criação da Comissão de Participação Popular**. Belo Horizonte: ALMG, [20--].

MAGALHÃES, Maria Regina Alvares. **Entrevista**: Maria Regina Alvares Magalhães. Belo

Horizonte, 14 de junho de 2017. Entrevista concedida a Lorryne Júnia Morais.

MENDONÇA, R. F. Experimentos internacionais de participação: o Brasil em perspectiva comparada. **Teoria & Sociedade**, Belo Horizonte, UFMG, 2013.

MENDONÇA, R. F.; FREITAS, F. V.; OLIVEIRA, W. M. Reciprocidade discursiva, enquadramento e deliberação: a consulta pública sobre reforma política da ALMG. **Análise Social**, v. XLIX, 2014.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; CUNHA, Eleonora Schettini Martins. **Relatório de Aprimoramento de Eventos da ALMG**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Agenda. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**. (Portal.) Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/acompanhe/agenda>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**. (Portal.). Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Comissões da 18ª Legislatura (de 01/02/2015 a 31/01/2019). In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**. (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/comissoes/permanentes/](http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/comissoes/permanentes/)>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Constituição Mineira 89/09: 20 anos. Registro histórico. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**. (Portal.) Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/acompanhe/eventos/hotsites/2009/constituicao/index.jsp>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Consulta Pública: Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG 2012-2015), exercício 2015. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**. (site). Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/participe/consulta\\_publica/ppag\\_2015/index.html](http://www.almg.gov.br/participe/consulta_publica/ppag_2015/index.html)>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Deputados. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**. (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/deputados/conheca\\_deputados/index.html](http://www.almg.gov.br/deputados/conheca_deputados/index.html)>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Glossário. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**. (Portal.). Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/sobre/glossario.html>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Planejamento e Orçamento Público. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**. (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento\\_orcamento\\_publico/index.html](http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/index.html)>. Acesso em: 4 julh. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. Site de Políticas Públicas ao seu Alcance. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão**. (site). Disponível em: <<http://www.almg.gov.br>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. Baralho Legal. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Mapa de conceitos**: PPAG em discussão na ALMG: Comissões de Participação Popular (CPP) e de

Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) ALMG – out/nov de 2015. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **PPAG 2012/2015, REVISÃO 2014 Formulário para cadastramento de propostas.** BELO Horizonte: ALMG, 2014.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **PPAG 2016-2019 em discussão. Guia de Programas organizado por temas e destinatários das políticas públicas Eixo Saúde e Proteção Social Out/nov de 2015.** Belo Horizonte: ALMG, 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o quadriênio 2016-2019.** Belo Horizonte: ALMG. 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG – para o exercício de 2017.** Belo Horizonte: ALMG, 2016.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Relatório da Participação Popular nas Audiências Públicas de Revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG 2012-2015, para exercício 2015.** Belo Horizonte: ALMG, 2014.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Resultados das Avaliações dos Participantes sobre o processo de Discussão Participativa do PPAG 2016-2019.** Belo Horizonte: ALMG, 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Avaliação Quantitativa das dinâmicas de discussão do PPAG 2016-2019 – Revisão para 2017.** Belo Horizonte: ALMG, 2016.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Relatório de pesquisa de opinião:** grupos focais com líderes e consultores da ALMG do projeto A Lei a Serviço do Cidadão. Belo Horizonte: ALMG Gerais, 2012.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Relatório de pesquisa de opinião:** grupos focais com líderes e consultores da ALMG do projeto A Lei a Serviço do Cidadão. Belo Horizonte: ALMG, 2014. 65 p.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Relatório Final de Inscrição e Participação.** Belo Horizonte: ALMG, 2014.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Relatório Final de Inscrição e Participação.** Belo Horizonte: ALMG, 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. **Relatório Final de Inscrição e Participação.** Belo Horizonte: ALMG, 2016.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Educação para Cidadania :Parlamento Jovem de Minas.

In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (site). Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/educacao/parlamento\\_jovem/](http://www.almg.gov.br/educacao/parlamento_jovem/)>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Escola do Legislativo. **Curso Planejamento e Orçamento Público.** Belo Horizonte: ALMG, 2015.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Fale com a Assembleia. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Site). Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/participe/fale\\_assembleia/formulario.html?idAssunto=10](http://www.almg.gov.br/participe/fale_assembleia/formulario.html?idAssunto=10)>. Acesso em: 4 jul. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. PL 1615 de 2007. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/interna.html?a=2007&n=1615&t=PL&aba=js\\_tabTramitacao-](http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2007&n=1615&t=PL&aba=js_tabTramitacao-)>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Projeto “Aprimoramento das Práticas Participativas da ALMG”:** Grupo de estudos e pesquisas em práticas participativas e mobilização de públicos. Belo Horizonte: ALMG, 2016.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Regimento Interno da Assembleia Legislativa:** Resolução nº 5.176, de 1997. 12. ed. Belo Horizonte: ALMG, 2016. 390 p. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/export/sites/default/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/RegimentoInterno.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2017.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2012. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/Downloads/pdfs/ConstituicaoEstadual.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. **Fóruns Regionais:** a sua voz é a voz de Minas. Belo Horizonte: Seplag, ALMG, 2017. Disponível em: <<http://www.forunsregionais.mg.gov.br/sobre>>. Acesso em: 27 mai. 2017.

MINAS GERAIS. **Lei nº 21.967, de 12 de janeiro de 2016.** Atualiza o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado – PMDI – e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2016&num=21967&tipo=LEI>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG). Lei Orçamentária Anual. In: \_\_\_\_\_. **Portal.** Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/planejamento-e-orcamento/orcamento-do-estado-de-minas-gerais>>. Acesso em: 7 jun. 2017.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. (SEPLAG). Lei Orçamentária Anual. In: \_\_\_\_\_. **Site.** Disponível em: <<http://www.planejamento.mg.gov.br/planejamento-e-orcamento/orcamento-do-estado-de-minas-gerais>>. Acesso em: 22 mai. 2017.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**(1748). São Paulo: Saraiva, Saraiva, 1999. 235 p.

NEVES, AÉCIO. (Governador.) Projeto de Lei nº 1.615, de 2017. Dispõe sobre o Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - para o período 2008/2011. In: \_\_\_\_\_. **Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão.** (site). Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/atividade\\_parlamentar/tramitacao\\_projetos/interna.html?a=2007&n=1615&t=PL&aba=js\\_tabTramitacao](http://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2007&n=1615&t=PL&aba=js_tabTramitacao)>. Acesso em: 27 jun. 2017.

NOBRE, Marcos. Participação e Deliberação na Teoria Democrática: uma introdução. In: COELHO, Vera Schattan; NOBRE, Marcos. **Participação e deliberação:** teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Ed. 34, 2004.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PIRES, Waldemir. **Orçamento Público**: abordagem tecnopolítica. São Paulo: Cultura Acadêmica/Unesp, 2011.

REIS, Érika de Faria; MAGALHÃES, Maria Regina Alvares; MOREIRA, Mário Cesar Rocha. Impactos do Seminário Legislativo Pobreza e Desigualdade: a compatibilização com o PPAG 2012-2015. **Revista do Legislativo**, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 44, p. 44-60, jan. 2011/jul. 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques **O contrato social e outros escritos**. São Paulo: Cultrix,[19--]. 235 p.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo nos Estados**: Diversidade e Convergência. Rio de Janeiro: FGV editora, 2001.

## ANEXO A – Formulário para cadastramento de propostas



PPAG 2012/2015, REVISÃO 2014  
Formulário para cadastramento de propostas

Proponente: \_\_\_\_\_

Entidade: \_\_\_\_\_

Contato (e-mail / telefone): \_\_\_\_\_

Participante da audiência pública do município: ( ) Araçuaí ( ) Montes Claros

( ) Uberlândia ( ) Ubá ( ) Paraguaçu ( ) Belo Horizonte

Informar a Rede de Desenvolvimento Integrado:

\_\_\_\_\_

Incidência da proposta: ( ) Programa ( ) Ação (para Ação, utilize o verso)

### PROGRAMA

Para alteração em PROGRAMA: Informar o número do programa: \_\_\_\_\_

Indicar a incidência da alteração:

( ) nome, ( ) objetivo, ( ) unidade responsável,

período de abrangência: ( ) 2014, ( ) 2015

OBS.: detalhar no campo "Texto da Proposta"

### Para inclusão de Programa

(ao sugerir um Programa novo, detalhar, minimamente, a que Rede de Desenvolvimento Integrado pertence, o nome do Programa, seu objetivo, o período de abrangência, e as ações que compõem o programa, o que deverá ser descrito no verso)

OBS.: detalhar no campo "Texto da Proposta"

Texto da proposta:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Justificativa da proposta:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

(frente)



**ANEXO B – Baralho PPAG 2016-2019**



(frente)

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. Gerência-Geral de Relações Públicas e Cerimonial. Baralho Legal. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

## **36 – PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

---

### **Tipo:**

Finalístico

---

### **Unidade responsável:**

Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

---

### **Objetivo:**

Mobilizar, promover e articular políticas públicas de promoção de direitos humanos e cidadania, propiciando aos cidadãos o acesso aos seus direitos e à participação social.

(verso)

# ANEXO C – Exemplo de material de apoio

## 1. Guia de Programas

PROGRAMAS AGRUPADOS POR TEMA			
ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Eixo	Ord. Programa	Nome do Programa	Página PPA6
Educação e Cultura	19	PROMOÇÃO SOCIAL DE JOVENS DO CAMPO E PERIFERIAS URBANAS	23
Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	77	ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO E PSICOPEDAGÓGICO NA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	153-154
Saúde e Proteção Social	81	QUALIFICA SUAS	171-172
Saúde e Proteção Social	114	OFERTAS DE PROTEÇÃO SOCIAL ASSISTENCIAL	194-198
Saúde e Proteção Social	115	APOIO AO CONTROLE SOCIAL E ACESSO COMUNITÁRIO DO SUS	217
Saúde e Proteção Social	120	LEITE PELA VIDA	229-231
Saúde e Proteção Social	131	APOIO ÀS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	307-308
Segurança Pública	204	ROMPIMENTO DA TRAJETÓRIA INFANCIAL DOS ADOLESCENTES DO ESTADO	439-442
Saúde e Proteção Social	220	INTEGRAÇÃO, COORDENAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS E AÇÕES PARA A JUVENTUDE	452-453
DIREITOS HUMANOS			
Eixo	Ord. Programa	Nome do Programa	Página PPA6
Saúde e Proteção Social	22	POLÍTICAS DE PROTEÇÃO DE DIREITOS HUMANOS	41-43
Saúde e Proteção Social	36	PROMOÇÃO DA CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	59-70
Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	46	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E ACESSO À TERRA (parcial) AÇÃO 2015 - MEDIAÇÃO DE CONFLITOS URBANOS	83
Especial	100	PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (parcial) AÇÃO 4002 - PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO	87
Especial	126	ACESSO À JUSTIÇA	101-102
SAÚDE PÚBLICA			
Eixo	Ord. Programa	Nome do Programa	Página PPA6
Saúde e Proteção Social	18	ASSISTÊNCIA HEMATOLOGICA E HEMOTERÁPIA	35-38
Saúde e Proteção Social	30	VOLUNTÁRIOS LABORATIVOS EM SAÚDE PÚBLICA	59-60
Saúde e Proteção Social	41	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR ESPECIALIZADA	73-80
Saúde e Proteção Social	45	AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA FUNDAÇÃO ELEUIREI ELIAS	82-85
Saúde e Proteção Social	47	MODERNIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ASSISTENCIAIS DE SAÚDE E GESTÃO DA FARMÁCIA	88
Saúde e Proteção Social	48	RESIDÊNCIA MÉDICA	84
Saúde e Proteção Social	75	DESENVOLVIMENTO E PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)	149-150
Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	77	ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO E PSICOPEDAGÓGICO NA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF	153-154

Saúde e Proteção Social	103	EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA E AUTÔNOMA DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	180-182
Saúde e Proteção Social	121	INOVAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	255-256
Saúde e Proteção Social	141	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO E PESQUISA PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	270-280
Saúde e Proteção Social	172	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	246-249
Saúde e Proteção Social	174	POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO HOSPITALAR	280-281
Saúde e Proteção Social	175	ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	352-355
Saúde e Proteção Social	176	LOGÍSTICA E APOIO ÀS REDES	286-287
Saúde e Proteção Social	178	MINAS ESPORTIVA	300-302
Saúde e Proteção Social	179	REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE	284-286
Saúde e Proteção Social	180	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	307-309
Saúde e Proteção Social	182	REGULAÇÃO	320-324
Saúde e Proteção Social	183	ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	325-328
Segurança Pública	184	POLÍTICAS SÓCIO-ORÇÁCIAS	327-330
Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	201	EXCELÊNCIA EM SAÚDE NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	406
ESPORTE E LAZER			
Eixo	Ord. Programa	Nome do Programa	Página PPA6
Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico	112	ESPORTE PARA TODOS	210
Saúde e Proteção Social	154	MINAS 2016	312-315
Saúde e Proteção Social	176	MINAS ESPORTIVA	300-303
Saúde e Proteção Social	185	INCENTIVO AO ESPORTE	305-304
SEGURANÇA ALIMENTAR			
Eixo	Ord. Programa	Nome do Programa	Página PPA6
Governo	120	SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL	240-240
TRABALHO, EMPREGO E RENDA			
Eixo	Ord. Programa	Nome do Programa	Página PPA6
Saúde e Proteção Social	120	CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA	240-242
Saúde e Proteção Social	128	POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	242-244
Saúde e Proteção Social	137	AMPLIAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO TRABALHADOR	245-247
Saúde e Proteção Social	167	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MERCADO DE TRABALHO	326-328

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **PPAG 2016-2019 em discussão. Guia de Programas organizado por temas e destinatários das políticas públicas Eixo Saúde e Proteção Social Out/nov de 2015.** Belo Horizonte: ALMG, 2015.

## 2. Mapa de conceitos

**MAPA DE CONCEITOS**

Entenda melhor a organização das informações do PPAG 2016-2019 e aprenda a manusear e consultar o plano de maneira mais fácil.)

**1. PROGRAMA**  
O programa é o instrumento de organização da ação governamental. Ele funciona como elemento integrador do planejamento, do orçamento e da gestão. Resulta do reconhecimento de carências, demandas administrativas, sociais e econômicas e de oportunidades, e deve ser elaborado em conformidade com as prioridades e diretrizes expressas no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI).

**2. SETORIALIDADE**  
A setorialidade diz respeito às unidades responsáveis pelo programa. Quando um programa tem ações sob a responsabilidade de unidades diferentes, ele é considerado multissetorial. Já quando a unidade responsável pela gestão global do programa é a mesma que todas as unidades responsáveis pelas ações que o compõem, ele é considerado unissetorial.

**3. EIXO**  
Eixos são linhas agregadoras dos programas governamentais direcionadas a atuar sobre determinadas dimensões da realidade do Estado. O eixo visa atingir o objetivo principal e norteador do PMDI, que é o de proporcionar as condições estruturantes fundamentais para um ciclo prolongado de crescimento econômico e social sustentável, capaz de proporcionar a redução estrutural das desigualdades regionais do Estado. Para o novo PMDI, foram estabelecidos seis eixos: Infraestrutura e Logística; Desenvolvimento Produtivo, Científico e Tecnológico; Segurança Pública, Saúde e Proteção Social; Educação e Cultura; e Governo. Cada programa inserido no PPAG está vinculado a um desses seis eixos, o que evidencia a consonância entre os instrumentos do planejamento do longo (PMDI) e médio prazos (PPAG), conforme estabelecido na Constituição Estadual.

**4. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**  
É a unidade responsável pelo gerenciamento do programa, validando as informações do programa como um todo, seja na elaboração ou revisão do plano plurianual, seja no seu monitoramento.

**5. OBJETIVO DO PROGRAMA**  
O objetivo expressa a busca do resultado que se quer alcançar, ou seja, a transformação da situação-problema objeto da intervenção do programa. O resultado, assim, se relaciona às mudanças e benefícios esperados com a implementação do programa.

**6. ÁREAS X OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**  
Áreas são o agrupamento de direitos ou problemas com temática e características similares que conjugam esforços em torno do alcance de objetivos comuns. A cada área estão associados objetivos estratégicos específicos, que podem ser alcançados por meio de programas vinculados a eixos diversos.

**7. INDICADOR DO PROGRAMA**  
O indicador permite a mensuração dos resultados alcançados pelo programa, demonstrando em que medida seu objetivo está sendo ou não alcançado. Os indicadores apresentam-se normalmente sob a forma de quocientes/razões, tais como os índices, os coeficientes, as taxas, os percentuais e as médias.

**8. AÇÃO**  
Ações são as unidades básicas de gestão e definição de metas do PPAG, a partir das quais são detalhadas

**Programas e Ações**

**1 PROGRAMA - EIXO - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E AGRÍCOLA E TERMO** **3**

**2 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA** **4** **EIXO - DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO**

**5 OBJETIVO DO PROGRAMA** 1.61. AUMENTAR O NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

**6 ÁREAS X OBJETIVOS ESTRATÉGICOS**

**7 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**8 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**9 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**10 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**11 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**12 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**13 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**14 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**15 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**16 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**17 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**18 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**19 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**20 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**21 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**22 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**23 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**24 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**25 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**26 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**27 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**28 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**29 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**30 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**31 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**32 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**33 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**34 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**35 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**36 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**37 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**38 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**39 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**40 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**41 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**42 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**43 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**44 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**45 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**46 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**47 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**48 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**49 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**50 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**51 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**52 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**53 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**54 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**55 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**56 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**57 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**58 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**59 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**60 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**61 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**62 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**63 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**64 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**65 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**66 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**67 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**68 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**69 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**70 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**71 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**72 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**73 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**74 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**75 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**76 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**77 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**78 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**79 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**80 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**81 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**82 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**83 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**84 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**85 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**86 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**87 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**88 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**89 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**90 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**91 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**92 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**93 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**94 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**95 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**96 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**97 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**98 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**99 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**100 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**101 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**102 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**103 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**104 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**105 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**106 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**107 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**108 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**109 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**110 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**111 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**112 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**113 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**114 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**115 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**116 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**117 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**118 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**119 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**120 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**121 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**122 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**123 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**124 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**125 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**126 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**127 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**128 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**129 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**130 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**131 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**132 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**133 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**134 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**135 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**136 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**137 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**138 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**139 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**140 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**141 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**142 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**143 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**144 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**145 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**146 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**147 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**148 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**149 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**150 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**151 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**152 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**153 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**154 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**155 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**156 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**157 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**158 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**159 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**160 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**161 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**162 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**163 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**164 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**165 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**166 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**167 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**168 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**169 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**170 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**171 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**172 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**173 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**174 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**175 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**176 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**177 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**178 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**179 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**180 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**181 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**182 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**183 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**184 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**185 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**186 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**187 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**188 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**189 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**190 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**191 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**192 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**193 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**194 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**195 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**196 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**197 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**198 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**199 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**200 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**201 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**202 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**203 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**204 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**205 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**206 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**207 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**208 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**209 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**210 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**211 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**212 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**213 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**214 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**215 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**216 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**217 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**218 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**219 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**220 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**221 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**222 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**223 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**224 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**225 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**226 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**227 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**228 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**229 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**230 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**231 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**232 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**233 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**234 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**235 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**236 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**237 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**238 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**239 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**240 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**241 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**242 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**243 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**244 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**245 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**246 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**247 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**248 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**249 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**250 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**251 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**252 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**253 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**254 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**255 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**256 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**257 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**258 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**259 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**260 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**261 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**262 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**263 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**264 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**265 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**266 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**267 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**268 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**269 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**270 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**271 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**272 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**273 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**274 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**275 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**276 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**277 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**278 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**279 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**280 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**281 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**282 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**283 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**284 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**285 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**286 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**287 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**288 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**289 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**290 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**291 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**292 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**293 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**294 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**295 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**296 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**297 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**298 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**299 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**300 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**301 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**302 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**303 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**304 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**305 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**306 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**307 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**308 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**309 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**310 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**311 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**312 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**313 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**314 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**315 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**316 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**317 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**318 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**319 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**320 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**321 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**322 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**323 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**324 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**325 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**326 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**327 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**328 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**329 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**330 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**331 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**332 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**333 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**334 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**335 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**336 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**337 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**338 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**339 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**340 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**341 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**342 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**343 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**344 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**345 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**346 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**347 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**348 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**349 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**350 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**351 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**352 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**353 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**354 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**355 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**356 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**357 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**358 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**359 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**360 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**361 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**362 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**363 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**364 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**365 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**366 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**367 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**368 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**369 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**370 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**371 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**372 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**373 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**374 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**375 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**376 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**377 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**378 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**379 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**380 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**381 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**382 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**383 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**384 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**385 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**386 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**387 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**388 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**389 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**390 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**391 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**392 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**393 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**394 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**395 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**396 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**397 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**398 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**399 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**400 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**401 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**402 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**403 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**404 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**405 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**406 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**407 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**408 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**409 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**410 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**411 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**412 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**413 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**414 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**415 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**416 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**417 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**418 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**419 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**420 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**421 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**422 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**423 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**424 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**425 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**426 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**427 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**428 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**429 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**430 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**431 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**432 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**433 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**434 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**435 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**436 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**437 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**438 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**439 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**440 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**441 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**442 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**443 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**444 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**445 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**446 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**447 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**448 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**449 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**450 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**451 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**452 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**453 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**454 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**455 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**456 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**457 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**458 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**459 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**460 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**461 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**462 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**463 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**464 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**465 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**466 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**467 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**468 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**469 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**470 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**471 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**472 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**473 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**474 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**475 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**476 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**477 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**478 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**479 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**480 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**481 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**482 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**483 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**484 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**485 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**486 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**487 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**488 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**489 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**490 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**491 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**492 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**493 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**494 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**495 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**496 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**497 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**498 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**499 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

**500 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA**

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Diretoria de Processo Legislativo. Gerência-Geral de Consultoria Temática. Gerência de Acompanhamento e Avaliação de Políticas Públicas. **Mapa de conceitos**: PPAG em discussão na ALMG: Comissões de Participação Popular (CPP) e de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) ALMG – out/nov de 2015. Belo Horizonte: ALMG, 2015.

### 3. Programas e Ações por eixo

#### Programas e Ações

**PROGRAMA : 018 - ASSISTÊNCIA HEMATOLÓGICA E HEMOTERÁPIA**  
**PROGRAMA : UNIBENEFICÍARIO** **EIXO : SAÚDE E PROTEÇÃO SOCIAL**

**UNIDADE RESPONSÁVEL :** 2321 - FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERÁPIA DE MINAS GERAIS  
**OBJETIVO DO PROGRAMA :** A FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERÁPIA DE MINAS GERAIS (HEMOMINAS) É A EXECUTORA DAS DEBENTURES ESTABELECIDAS PELA POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE EM RELAÇÃO À HEMOTERÁPIA E HEMATOLOGIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS, SENDO, NOTANTE, A RESPONSÁVEL DAS OFERTAS E COORDENAR A DISTRIBUIÇÃO DE HEMOCOMPONENTES E HEMODERIVADOS A REDE PÚBLICA E HOSPITAIS CONTRATANTES; REALIZAR ATENDIMENTO AMBULATORIAL COM EQUIPE MULTIDISCIPLINAR A PACIENTES PORTADORES DE COAGULOPATIAS E HEMOGLOBINOPATIAS; FORNECER BOLSAS DE PLASMA PARA PRODUÇÃO DE HEMODERIVADOS EM CONSORCÍO COM AS DIRETRIZES ESTABELECIDAS; REALIZAR TREINAMENTO DOS FUNCIONÁRIOS E EQUIPES DAS AGENCIAS TRANSFERENCIAIS DOS HOSPITAIS CONVÊNIO VISANDO MELHORIA CONTÍNUA E AMPLIAÇÃO DA COBERTURA DOS SERVIÇOS NAS RESPECTIVAS ÁREAS.

**ÁREAS X OBJETIVOS ESTRATÉGICOS:**

**- SAÚDE**

- INVESTIR PREFERENCIALMENTE NA ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE, UNIVERSALIZAR A SUA COBERTURA E AMPLIAR A SUA RESOLUTIVIDADE, A QUALIDADE DO CIDADÃO E A PROMOÇÃO DA SAÚDE;
- GARANTIR ACESSO UNIVERSAL, EQUIDADE E INTEGRALIDADE AO ATENDIMENTO HOSPITALAR ESTABELECIDO UMA POLÍTICA DE ATENÇÃO HOSPITALAR, EM CONSONÂNCIA COM A POLÍTICA NACIONAL, QUE DERIVA OS HOSPITAIS COMO PONTO INTEGRADO ÀS REDES DE SAÚDE;
- VALORIZAR OS TRABALHADORES DO SUS, ESTIMULAR E AMPLIAR OS ESPAÇOS E FÓRUMS DE PARTICIPAÇÃO INTERNA E A HUMANIZAÇÃO DO TRABALHO, TENDO A EDUCAÇÃO PERMANENTE COMO ESTRATÉGIA PARA QUALIFICAR A PRODUÇÃO DO CIDADÃO.

Indicador do Programa (Unidade de Medida)	Referência		2016	2017	2018	2019
	Data	Índice				
TAXA DE ARVOSAMENTO DE HEMOCOMPONENTES (%)	31/12/2014	100,000	99,090	70,004	99,000	99,100
TAXA DE UNIDADE REGIONAL MELHORADA (%)	31/12/2014	100,000	100,000	100,000	100,000	100,000

VALOR DO PROGRAMA NO ANO	2016	2017	2018	2019
ORÇAMENTO FISCAL	99.876.710	99.869.710	99.869.710	99.869.710
Despesas correntes	96.971.021	99.869.710	99.869.710	99.869.710
Despesas de capital	3.799.687	0	0	0
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS CONTROLADAS PELO ESTADO	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>99.876.710</b>	<b>99.869.710</b>	<b>99.869.710</b>	<b>99.869.710</b>

**AÇÃO : 2123 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA**  
**IAE : AÇÃO DE ACOMPANHAMENTO GERAL**

**UNIDADE RESPONSÁVEL :** 2321 - FUNDAÇÃO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERÁPIA DE MINAS GERAIS  
**FINALIDADE :** PROPORCIONAR AOS SERVIDORES AMBIENTES ADEQUADOS PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E PRODUÇÃO DE HEMOCOMPONENTES NO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DOS DOADORES E DOS PACIENTES MINEROS.

**BENEFÍCIÁRIO :** UNIDADE ADEQUADA **UNIDADE DE MEDIDA :** UNIDADE

**PÚBLICO-ALVO :** SERVIDORES, DOADORES, PACIENTES DO SUS ATENDIDOS NOS AMBULATÓRIOS DA FUNDAÇÃO HEMOMINAS

**METAS**

(R\$ 1,00)

TERRITÓRIOS	2016		2017		2018		2019	
	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras	Físicas	Financeiras
Noroeste	1	20.706	1	20.706	1	20.706	1	20.706
Oeste	1	20.706	1	20.706	1	20.706	1	20.706
Caparaó	2	799.762	2	799.762	2	799.762	2	799.762
Noroeste	2	67.012	2	67.012	2	67.012	2	67.012
Veredas	1	268.653	1	268.653	1	268.653	1	268.653
Sul	3	1.137.578	3	1.137.578	3	1.137.578	3	1.137.578
Sudeste	1	613.194	1	613.194	1	613.194	1	613.194
Triângulo Norte	2	192.241	2	192.241	2	192.241	2	192.241
Triângulo Sul	2	41.412	2	41.412	2	41.412	2	41.412
Norte	1	613.194	1	613.194	1	613.194	1	613.194
Alto Jequitinhonha	1	75.404	1	75.404	1	75.404	1	75.404
Vale do Rio Doce	1	20.706	1	20.706	1	20.706	1	20.706
Metropolitano	3	1.587.531	3	1.587.531	3	1.587.531	3	1.587.531
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>5.458.256</b>	<b>21</b>	<b>5.458.256</b>	<b>21</b>	<b>5.458.256</b>	<b>21</b>	<b>5.458.256</b>

## ANEXO D– Página de Planejamento e Orçamento – site ALMG

Site: [http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento\\_orcamento\\_publico/index.html](#)

Logo: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS

Menu: A Assembleia, Deputados, Atividade Parlamentar, Participe, Acompanhe, Consultar, Educação para Cidadania

### PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

O sistema orçamentário é o conjunto de leis por meio das quais o governo define como pretende gastar os recursos públicos, ou seja, recursos arrecadados com tributos e outras fontes de receita. Essas leis são:

- PPAG - PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL**  
Planejamento de médio prazo do governo. Define as estratégias, diretrizes e metas da administração para um período de quatro anos.  
Consulte:
- LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**  
Contém a estimativa de receitas e a previsão de despesas atuais do governo para o ano seguinte à sua edição. Elaborada de acordo com a LDO e o PPAG, essa lei expressa a política econômico-financeira e o programa de trabalho governamental.  
Consulte:
- LDO - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
Estabelece as prioridades e metas da administração pública para o ano seguinte e as regras que deverão ser observadas na formulação do Projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Poder Executivo.  
Consulte:
- PMDI - PLANO MINEIRO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO**  
Inovação da Constituição mineira que estabelece um plano estratégico de longo prazo para o Estado.  
Consulte:

Compartilhe: [Twitter](#) [Facebook](#) [Email](#) [Versão para impressão](#)

**POLÍTICAS PÚBLICAS**  
POLÍTICAS PÚBLICAS AO SEU ALCANCE

**VEJA TAMBÉM**

- Agenda e Eventos
- Cartilha Monitoramento de Políticas Públicas 2013
- Legislação
- Prestação de Contas
- Tramitação de Projetos

**PERGUNTAS FREQUENTES**

- O que é o ciclo orçamentário?
- Qual a relação entre as leis que tratam das matérias orçamentárias?
- O que é PMDI?
- O que é PPAG?
- O que é LDO?

Fonte: MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. Planejamento e Orçamento Público. In: \_\_\_\_\_. Assembleia de Minas: Poder e voz do Cidadão. (Portal.) Disponível em: <[http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento\\_orcamento\\_publico/index.html](http://www.almg.gov.br/acompanhe/planejamento_orcamento_publico/index.html)>. Acesso em: 4 jul. 2017.